

Por este instrumento particular, as partes, de um lado:

I. **BANCO SAFRA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.100, Bela Vista, CEP 01310-930, inscrita no CNPJ sob o nº 58.160.789/0001-28 (“Safra”);

e, de outro lado:

II. **ESTABELECIMENTO**, devidamente qualificado na Proposta de Credenciamento, que é parte integrante deste Contrato (“Estabelecimento”).

Safra e Estabelecimento são doravante denominados, em conjunto, como “Partes” ou, individual e indistintamente, como “Parte”.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Safra se dedica, dentre outras atividades, à prestação de serviços a pessoas jurídicas e pessoas naturais, visando a Captura e realização de Transações mediante a utilização de meios de pagamento eletrônicos, tais como cartões de crédito e de débito; e
- (ii) o Estabelecimento pretende contratar os serviços prestados pelo Safra para realização de Transações mediante a utilização de meios de pagamento eletrônicos;
- (iii) ao preencher a Proposta de Credenciamento ou aceitar os termos e condições ao Sistema SafraPay, o Estabelecimento adere e concorda com este Contrato;
- (iv) o Safra poderá alterar as condições deste Contrato a qualquer tempo; e
- (v) a versão atualizada deste Contrato poderá ser consultada a qualquer momento no site www.safrapay.com.br.

RESOLVEM as Partes firmar este Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimentos ao Sistema SafraPay (“Contrato”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Os termos grafados em maiúscula utilizados, mas não definidos neste Contrato deverão ter o respectivo significado atribuído no **Anexo 1.1**, o qual é parte integrante deste Contrato para todos os fins legais.
- 1.2. Conforme utilizados neste Contrato: os termos (a) “ou” não é exclusivo (a menos que o contexto exija interpretação diversa); (b) “incluindo” significa “incluindo, mas não se limitando a”; (c) palavras no singular incluem o plural, e vice-versa; (d) palavras aplicáveis a um gênero se aplicam a todos os gêneros; (e) os termos “deste instrumento”, “neste instrumento”, “por este instrumento”, “a este instrumento” e expressões derivadas ou similares se referem ao Contrato na íntegra, incluindo seus Anexos; (f) os termos “Cláusula” e “Anexo” se referem a uma Cláusula ou Anexo específico deste Contrato; e (g) a expressão “de acordo com”, “conforme descrito em”, “observados os termos de” uma Cláusula específica deste Contrato, ou palavras de significado similar, deverão se referir à Cláusula em questão.
- 1.3. Os títulos foram inseridos apenas por conveniência, não devendo ser considerados para limitar, restringir e/ou afetar qualquer das disposições previstas.
- 1.4. Uma referência a qualquer pessoa inclui os sucessores e cessionários autorizados dessa pessoa.
- 1.5. Qualquer referência a “dias” significa dias corridos, a menos que “dias úteis” esteja expressamente previsto.
- 1.6. Uma referência a qualquer lei ou norma significa a referida lei ou norma conforme alterada, modificada,

codificada ou substituída, no todo ou em parte.

1.7. Os Anexos identificados neste Contrato são parte integrante deste instrumento para todos os fins (“Anexos”).

2. OBJETO

2.1. Este Contrato tem por objeto a prestação dos seguintes serviços ao Estabelecimento (“Serviços”), conforme aplicável:

- (i) Captura, roteamento, transmissão e processamento das Transações, mediante o credenciamento do Estabelecimento para integrar o Sistema SafraPay, habilitando-o para aceitação de Cartões e Meios de Pagamento;
- (ii) Administração das Transações e liquidação financeira de seu Valor Líquido, desde que cumpridos os termos e condições deste Contrato;
- (iii) Fornecimento de materiais e a Locação, Comodato ou Intermediação de Compra de Equipamentos que possibilitem a Captura eletrônica das Transações;
- (iv) Coordenação e manutenção adequada da operacionalidade do Sistema SafraPay;
- (v) Disponibilização do Sistema SafraPay ao Estabelecimento; e
- (vi) Fornecimento de Produtos.

2.2. Os Serviços relacionados acima são prestados ao Estabelecimento pelo Safra e/ou pelos integrantes dos Instituidores de Arranjo de Pagamento dos quais o Safra faça ou venha a fazer parte.

2.3. O Estabelecimento poderá solicitar a contratação de um ou mais Serviços junto ao Safra, cuja prestação estará condicionada à verificação dos requisitos descritos na cláusula 3.3 abaixo.

3. CREDENCIAMENTO AO SISTEMA SAFRAPAY

3.1. Canais de Acesso. O credenciamento do Estabelecimento ao Sistema SafraPay se efetivará por qualquer um dos seguintes canais: agências, *telemarketing*, empresas terceiras ou parceiras, área comercial do Safra, autocredenciamento por canais eletrônicos, ou ainda por outros canais que vierem a ser disponibilizados pelo Safra.

3.2. Documentação. A proposta de adesão a este Contrato consiste no preenchimento das informações indicadas na Proposta de Credenciamento e entrega dos documentos solicitados pelo Safra.

3.3. Requisitos. O credenciamento e manutenção do Contrato com o Estabelecimento e participação do Estabelecimento no Sistema SafraPay estão condicionados à sua análise cadastral, bem como à análise cadastral de seus sócios/representantes/proprietários/acionistas, dentre outros critérios de análise adotados pelo Safra. O Safra poderá recusar o credenciamento do Estabelecimento que não esteja em conformidade com os seus critérios de admissibilidade.

3.3.1. O Estabelecimento autoriza que os seus dados sejam armazenados e processados no banco de dados do Safra, bem como sejam compartilhados com eventuais prestadores de serviço contratados pelo Safra, para a prestação dos Serviços ou quando exigido por lei, ordem judicial ou processo administrativo ou judicial, conforme disponível no endereço eletrônico <https://www.safra.com.br/sobre/portal-da-privacidade-e-lgpd.htm>.

3.4. Adesão ao Contrato. O Estabelecimento manifesta sua vontade de aderir a este Contrato por meio da Proposta de Credenciamento e/ou realização de qualquer Transação e/ou uso dos Produtos. A adesão do Estabelecimento a este Contrato passa a produzir efeitos com a aceitação da Proposta de Credenciamento pelo Safra. A adesão do Estabelecimento ao Contrato implica a sua automática e irrevogável aceitação de pagar a Remuneração e os encargos definidos na Proposta de Credenciamento e no Contrato. A partir da aceitação do Estabelecimento pelo Safra serão gerados automaticamente (i) o número de identificação de cada Unidade Comercial do Estabelecimento e do Equipamento disponibilizado ao Estabelecimento; e (ii) a ordem de entrega/instalação ou homologação do Equipamento contratado.

- 3.4.1. Após a ocorrência da primeira Transação, ainda que não se localize o aceite do Estabelecimento, serão consideradas válidas todas as condições estabelecidas neste Contrato.
- 3.5. O credenciamento do Estabelecimento pelo Safra não confere ao Estabelecimento atestado de regularidade para qualquer finalidade, tampouco dispensa a realização de verificações adicionais, caso o Safra assim entender necessário.
- 3.6. Vinculação de Unidades Comerciais. O Estabelecimento poderá requerer a vinculação de uma ou mais unidades comerciais sob sua responsabilidade ao seu cadastro no Sistema SafraPay, sendo que, neste caso, o Safra avaliará o pedido conforme critérios próprios podendo aprová-lo ou recusá-lo. Esta vinculação poderá estar sujeita à cobrança para sua realização. Matriz e filiais. Na hipótese da matriz contratar os serviços SafraPay, os mesmos termos e condições serão aplicados às filiais por ela indicadas, valendo para todas as unidades indicadas as regras deste instrumento. É de responsabilidade da matriz dar ciência às filiais sobre os termos e condições deste Contrato e demais documentos inerentes à contratação.
- 3.7. Produtos. Será permitido ao Estabelecimento, a qualquer momento, solicitar a contratação ou o cancelamento de determinados Produtos, desde que cumpridos os requisitos específicos para tanto, detalhados nos respectivos Anexos e/ou aditivos ao Contrato. O Estabelecimento reconhece que a contratação de um Produto será realizada quando solicitada ao Safra e/ou quando for realizada qualquer Transação relacionada ao Produto, o que ocorrer primeiro, o que resultará na aceitação de todos os termos e condições do Anexo e/ou aditivo específico relacionado a tal Produto.
- 3.8. Usuários. Serão considerados Usuários, (a) a própria pessoa natural qualificada na Proposta de Credenciamento, no caso do Estabelecimento ser uma pessoa natural, doravante denominada Usuário, ou (b) o representante legal do Estabelecimento informado na Proposta de Credenciamento, no caso do Estabelecimento ser uma pessoa jurídica, doravante denominado “Usuário Master”. O Safra fornecerá ao Usuário ou ao Usuário Master, conforme o caso, as instruções para o primeiro acesso ao Portal do Cliente e cadastramento de sua senha pessoal. O Usuário Master poderá cadastrar outros Usuários (Usuários dependentes) em seus perfis de acesso. O Estabelecimento é responsável pelos dados do Usuário Master e dos Usuários dependentes, os quais serão considerados representantes do Estabelecimento no âmbito do Contrato, reconhecendo desde já, o Estabelecimento, como existentes, válidos e eficazes, todos os atos que forem por eles praticados, por qualquer que seja o canal utilizado, inclusive por meio do Portal do Cliente e da Central de Atendimento, vinculando o Estabelecimento para todos os fins e efeitos de direito.
- 3.8.2. Os Usuários se identificarão perante o Safra por meio de suas respectivas senhas pessoais, que serão por eles cadastradas via Portal do Cliente. O Estabelecimento assume inteira responsabilidade por todas as instruções e autorizações passadas ao Safra com o uso das senhas, os quais são de uso pessoal e intransferível e deverão ser mantidos confidenciais, para todos os fins legais, isentando o Safra de qualquer responsabilidade, seja a que título for, decorrente de eventuais utilizações inadequadas ou indevidas das senhas, inclusive por alguém que não seja o próprio Usuário, o Usuário Master ou um Usuário dependente.
- 3.8.3. O Estabelecimento somente dará acesso ao seu login e senha, aos seus representantes legais, sócios, administradores e/ou prepostos com poderes para celebrar negócios jurídicos em seu nome, sendo exclusivamente responsável por todos os atos e negócios praticados com tais credenciais junto ao Sistema SafraPay.
- 3.8.4. O Estabelecimento deverá comunicar o Safra no caso de perda, extravio ou acesso indevido ao seu login e senha, para que possam ser adotadas as medidas necessárias para bloqueio do acesso ao Sistema SafraPay Plataforma. Serão consideradas de responsabilidade do Estabelecimento todos os atos praticados até a data de comunicação.
- 3.8.5. Caso não sejam cumpridas as obrigações previstas neste Contrato, o Safra poderá suspender os Serviços e deixar de realizar as Transações, independentemente de nova comunicação, até que o Estabelecimento regularize sua situação; não gerando ao Estabelecimento qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.

4. OBRIGAÇÕES DO ESTABELECIMENTO

- 4.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato ou em decorrência de lei ou normas de órgãos reguladores, o Estabelecimento se obriga a: (i) fornecer ao Safra todas as informações que lhe sejam solicitadas, incluindo, mas não se limitando a, dados cadastrais e bancários; (ii) manter tais informações atualizadas durante toda a vigência deste Contrato; e (iii) informar ao Safra a respeito de qualquer alienação de seus ativos ou ponto comercial. O Estabelecimento deverá fornecer tais informações no prazo de 5 (cinco) dias após solicitação do Safra ou após a ocorrência de alteração nas informações, conforme aplicável. O Estabelecimento responde, nos termos da lei, pela veracidade das informações prestadas ao Safra e por eventual divergência entre os dados informados ao Safra e os dados reais e/ou oficiais.
- 4.2. O Estabelecimento compromete-se a treinar os seus funcionários, contratados e prepostos para cumprirem com o disposto neste Contrato, conforme aplicável, sendo o Estabelecimento responsável por todos os atos praticados por estes, inclusive no que se refere ao correto uso dos Equipamentos.
- 4.3. O Estabelecimento não poderá, sem autorização prévia e expressa do Safra, efetuar Transações em segmentos ou ramos de atividade diferentes daquele(s) constante(s) na sua Proposta de Credenciamento, ainda que esses segmentos constem de seu objeto social ou que sejam consideradas proibidas pela legislação vigente ou pelas normas de órgãos reguladores.
 - 4.3.1. As Transações com indícios ou suspeitas de fraude estarão sujeitas ao não processamento ou ao cancelamento, independentemente de terem sido realizadas de forma conivente ou não pelo Estabelecimento.
- 4.4. O Estabelecimento compromete-se, ainda, a seguir todas as regras e exigências determinadas pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento, pelo mercado de meios de pagamento, pelo Sistema de Pagamentos Brasileiro e pela legislação.
- 4.5. O Estabelecimento é responsável e obriga-se a reembolsar, defender e manter o Safra integralmente indene por quaisquer Perdas incorridas pelo Safra ou qualquer terceiro, a qualquer tempo, inclusive após o decurso do prazo deste Contrato, em decorrência direta ou indireta deste Contrato e/ou do descumprimento de quaisquer obrigações atribuídas ao Estabelecimento de acordo com o presente Contrato, as regulamentações, exigências e regras operacionais determinadas pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento, pelo mercado de meios de pagamento, pelo Sistema de Pagamentos Brasileiro, pelo BACEN, órgãos reguladores e/ou pela legislação, bem como em decorrência de falhas, suspeita de fraude e/ou fraude comprovada provocada pelo Estabelecimento, sendo permitido ao Safra, em qualquer caso, a retenção e/ou compensação de valores devidos ao Estabelecimento para cobrir eventuais Perdas. O Safra não será solidária ou subsidiariamente responsável pelo cumprimento de quaisquer obrigações imputáveis ao Estabelecimento, sendo este o único responsável pelas consequências decorrentes do descumprimento de qualquer obrigação desta natureza.
- 4.6. O Estabelecimento autoriza o Safra a, sempre que este julgar necessário, diretamente ou por terceiros designados pelo Safra, vistoriar o atendimento ao disposto neste Contrato.
- 4.7. O Estabelecimento se obriga a reembolsar o Safra de quaisquer despesas que o Safra venha a incorrer para o cumprimento de ordem de terceiro com relação ao Estabelecimento, incluindo, sem limitar-se, o atendimento de ofícios judiciais, bloqueios, penhoras e arrestos.
- 4.8. O Estabelecimento (i) obriga-se repassar ao Safra as informações sobre contratos de negociação de recebíveis de arranjos de pagamento realizados com instituições financeiras ou não financeiras, que tratem de Transações realizadas por meio do Sistema SafraPay; (ii) autoriza o envio dessas informações aos sistemas de registro operados por entidade registradora devidamente habilitada ("Sistemas de Registro"); e (iii) caso seja necessário que o Safra forneça informações sobre as Transações para tais instituições financeiras ou não financeiras, o Estabelecimento expressamente autoriza o Safra a compartilhar e disponibilizar as informações relacionadas às Transações, para a respectiva instituição aplicável, diretamente, ou por meio de entidades registradoras.
- 4.9. O Estabelecimento expressamente autoriza o Safra, de forma irrevogável e irretroatável, a consultar, nos

Sistemas de Registro, todos os créditos com Cartão que o Estabelecimento possui, para que se possa (i) verificar as informações sobre os créditos, existentes e futuros, passíveis de cessão, e que poderá conter, inclusive, a data e a identificação das transações com cartão e a data prevista para liquidação pelo devedor; e (ii) a existência de ônus, gravames, operação de desconto, cessão anterior ou qualquer garantia sobre os créditos.

- 4.9.1. A autorização para acesso aos Sistemas de Registro se dará exclusivamente para a cessão dos créditos e pelo prazo de vigência deste Contrato e o Estabelecimento expressamente autoriza o Safra a compartilhar e disponibilizar as respectivas informações com terceiros que tenham relação com este Contrato.
- 4.9.2. Na impossibilidade de acesso aos Sistemas de Registro, o Estabelecimento se compromete a disponibilizar as informações das transações com Cartões realizadas perante outras credenciadoras e subcredenciadores, assim que solicitado.
- 4.9.3. Previamente à cessão dos créditos, o Safra poderá verificar, perante os Sistemas de Registro, se os créditos podem ser passíveis de cessão, diante da inexistência de qualquer ônus, gravame, garantia, operação de desconto ou cessão anterior.
- 4.10. Caso o Estabelecimento realize a cessão dos créditos para terceiros, referente as Transações realizadas perante o Sistema SafraPay, o Estabelecimento reconhece que o Safra só poderá liquidar as Transações no respectivo domicílio bancário da respectiva operação, de modo que o domicílio bancário não poderá ser alterado até que haja o cumprimento integral das obrigações.

5. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

- 5.1. O Estabelecimento declara, autoriza e garante ao Safra, no ato de assinatura da Proposta de Credenciamento, que:
 - (i) é sociedade, ou empresário individual, ou pessoa natural que exerce atividade mercantil ou presta serviço, conforme o caso, devidamente constituído com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizado a desempenhar as atividades descritas neste Contrato, na Proposta de Credenciamento e em seu objeto social;
 - (ii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação é exigido para a celebração e cumprimento, pelo Estabelecimento, de suas obrigações nos termos deste Contrato, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (iii) as obrigações assumidas neste Contrato constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes do Estabelecimento, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - (iv) os documentos e informações fornecidos ao Safra são verídicos, corretos, completos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos ao Safra;
 - (v) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa afetar o Safra e/ou este Contrato; e
 - (vi) não desenvolver atividades ilícitas e/ou diversas das previamente informadas ao Safra na Proposta de Credenciamento.
- 5.2. As declarações e garantias dispostas na Cláusula 5.1 são completas e precisas, devendo assim permanecer ao longo da vigência deste Contrato. O Estabelecimento compromete-se a notificar, na mesma data, o Safra caso quaisquer declarações ou garantias aqui prestadas se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

6. EQUIPAMENTOS E MEIOS DE CAPTURA

- 6.1. O Safra poderá disponibilizar ao Estabelecimento, por si ou através de terceiros, Equipamentos para viabilizar a Captura das Transações no Sistema Safrapay, no regime de Locação, Comodato ou Compra do Equipamento, conforme modalidade de contratação informada na Proposta de Credenciamento.
- 6.2. Independentemente da forma de contratação (Locação, Comodato ou Compra), o Estabelecimento obriga-se, com relação aos Equipamentos, a cumprir os termos e condições estabelecidos no [Anexo 6.2.](#) e

Anexo 6.3.

- 6.3. O Safra poderá ainda, a seu único e exclusivo critério, homologar os Equipamentos de propriedade do Estabelecimento ou de terceiros para integração ao Sistema SafraPay.
- 6.4. O Safra não terá qualquer responsabilidade com relação aos Equipamentos, materiais ou serviços de qualquer natureza de propriedade do Estabelecimento e/ou adquiridos ou contratados pelo Estabelecimento com terceiros, ainda que credenciados ou homologados pelo Safra.
- 6.5. O Estabelecimento é responsável pelos tipos de Equipamentos que utilizará em razão de legislação específica, bem como pelo pagamento de todos os tributos e contribuições decorrentes da utilização dos Equipamentos.
- 6.6. O Estabelecimento que pretenda realizar Transações sem Cartão presente, deverá fazê-lo observando, além das previsões deste Contrato, as condições específicas constantes do Anexo 6.5 e Anexo 7.4.
- 6.7. O Estabelecimento declara-se ciente de que poderá haver interrupções no fornecimento dos serviços por motivos técnicos, em razão de reparo, troca ou manutenção do Equipamento, falhas de terceiros, manutenção preventiva ou corretiva do Sistema SafraPay. O Safra não se responsabiliza pela interrupção dos Serviços durante os períodos de indisponibilidade do Sistema SafraPay, mas envidará seus melhores esforços para seu restabelecimento, bem como em manter o Estabelecimento suficientemente informado.
- 6.8. O Safra utiliza tecnologias eficientes em seu Sistema SafraPay para mantê-lo disponível ao Estabelecimento na medida do possível. No entanto, o Sistema SafraPay está sujeito a interrupções, falhas e indisponibilidades decorrente de eventos fora do controle do Safra.
- 6.8.1. Nesse sentido, o Safra não será responsável, direta ou indiretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos causados por instabilidade, indisponibilidade, falhas, erros ou interrupções no Sistema SafraPay, inclusive mas não se limitando quando tais ocorrências se derem por atos governamentais, alterações legislativas, interrupção na prestação de serviços sob concessão governamental, catástrofes naturais, greves, paralisações, *lock-outs*, guerras, convulsões civis, revoluções, pandemias sendo que também são considerados como eventos de caso fortuito ou de força maior: falhas sistêmicas e operacionais decorrentes de serviços terceirizados, indisponibilidade de servidores, intermitência de internet, queda ou interrupção de energia, eventos ou ataques cibernéticos, ações motivadas por softwares maliciosos, vírus, trojans, etc., que possam, de algum modo, interferir na disponibilidade e operabilidade do Sistema SafraPay.

7. TRANSAÇÕES

- 7.1. Estabelecimento obriga-se, por si e por toda e qualquer pessoa que, em seu nome, venha a ter acesso ao Sistema SafraPay, armazenar, transmitir ou processar pagamentos, a observar todos os limites, condições de segurança e operacionais determinadas neste Contrato ou que venham a ser adotadas pelo Safra, para evitar erros e fraudes nas Transações, incluindo, mas não se limitando, as obrigações listadas abaixo:
 - (i) nas Transações com Cartão presente, checar todas as informações constantes do Cartão, incluindo:
 - (a) o prazo de validade;
 - (b) se o Cartão não está adulterado ou rasurado;
 - (c) nome do Portador;
 - (d) a assinatura do Portador (quando for o caso);
 - (e) as identificações utilizadas pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento, tais como hologramas tridimensionais, marcas de segurança, letras estilizadas, dentre outras;
 - (f) os últimos 4 (quatro) dígitos do número do Cartão que devem coincidir com os dígitos impressos no Comprovante de Vendas;
 - (g) o código de segurança formado por 3 (três) dígitos, no verso do Cartão;
 - (h) os Códigos de Autorização apresentados pelo Safra;
 - (ii) nas Transações com Cartão presente, entregar ao Portador, a “via do cliente” do Comprovante de Venda, quando emitido pelo Equipamento;
 - (iii) cumprir todos os procedimentos, padrões e normas exigidos no Contrato, de modo que o Safra não se responsabilizará pelas Transações concluídas em desacordo com o Contrato;
 - (iv) nas Transações com Cartão presente, exigir e conferir, nos casos de Cartão sem Chip e/ou quando não houver digitação de senha, o nome e a assinatura do Portador lançada no Comprovante de Venda com o nome e a assinatura constantes do Cartão e com documento de identificação do

Portador;

- (v) nas Transações presenciais com Cartão com Chip, garantir a leitura do Chip no Equipamento previamente habilitado;
- (vi) cumprir todos os demais procedimentos, padrões e normas exigidas neste Contrato;
- (vii) não realizar o processamento de uma única compra em duas ou mais Transações no mesmo Cartão;
- (viii) não aceitar Cartões de titularidade de terceiros;
- (ix) comunicar imediatamente o Safra no caso de qualquer tentativa ou indício de fraude, conforme estabelecido no Contrato;
- (x) orientar os Portadores sobre as condições de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, de forma clara e objetiva;
- (xi) não fornecer ou restituir aos Portadores, por qualquer motivo, sem autorização prévia e expressa do Safra, quantias em dinheiro (moeda nacional ou estrangeira, cheques, ordens de pagamento ou títulos de crédito);
- (xii) não realizar qualquer outro tipo ou forma de Transação considerada irregular e/ou decorrente de atividades consideradas ilegais ou indesejáveis, conforme critérios estabelecidos pelo Safra, pelos Emissores e pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento;
- (xiii) garantir ao Safra a disponibilização de toda e qualquer informação que venha a ser solicitada relativamente ao acesso, armazenamento, transmissão ou processamento de dados do Portador de Cartões por si ou por qualquer terceiro. O Safra poderá assistir tecnicamente o Estabelecimento, mediante prévia solicitação, desde que a equipe responsável do Safra tenha conhecimento técnico sobre os sistemas do Estabelecimento, para fins de acessar os dados que venham a ser requeridos pelo próprio Safra ou em razão de qualquer autoridade, demanda judicial ou qualquer outra necessidade do Estabelecimento. Nos casos em que o Safra não seja solicitante, a assistência tecnológica prestada pelo Safra poderá implicar a cobrança de taxas pelos serviços prestados;
- (xiv) o Safra poderá recusar os dados de Transações enviadas pelo Estabelecimento, quando os requerimentos e especificações técnicas solicitados pelo Safra não forem observados pelo Estabelecimento. Tais instruções podem ser alteradas sempre que o Safra, os Instituidores de Arranjo de Pagamento, assim como qualquer autoridade competente, vierem a solicitar alterações nos processos. O Safra poderá requerer que as informações relativas às Transações recusadas sejam corrigidas, reenviadas ou mesmo deletadas dos arquivos de dados dos Estabelecimentos;
- (xv) não utilizar serviços de terceiros, recursos tecnológicos, *software*, *hardware* ou qualquer outra tecnologia não autorizada ou não homologada pelo Safra e/ou que venham a trazer riscos de fraude ou segurança para o Sistema SafraPay e que estejam em desacordo com as normas e padrões internacionais da indústria de Cartões;
- (xvi) cumprir integralmente todas as regras de segurança da informação do Safra, dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, das autoridades governamentais reguladoras e/ou emanadas pelo PCI ou qualquer norma posterior que venha a regular a segurança de dados dos Portadores de Cartão no mercado de meios de pagamento, durante a vigência deste Contrato, conforme prazos e condições definidas pelo Safra. As regras do PCI, bem como a listagem de empresas homologadas para realização de verificação de conformidades às normas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.pcisecuritystandards.org/>. A obrigatoriedade de segurança de dados dispostas nesta cláusula e definidas pelo PCI, e/ou outros programas de segurança estabelecidos pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento, pelas autoridades reguladoras da indústria de meios de pagamento e/ou pelo Safra, se estendem aos colaboradores e terceiros contratados pelo Estabelecimento, cuja atividade seja passível de tráfego, processamento ou armazenamento dos dados do Portador de Cartão;
- (xvii) executar por meios próprios, bem como permitir a condução de auditorias pelo Safra ou terceiros indicados pelo Safra, para fins de revisão dos procedimentos de segurança do Estabelecimento e

terceiros contratados ou colaboradores, respeitando as leis, regulamentos e quaisquer obrigações perante as autoridades competentes;

(xviii) realizar as adequações técnicas solicitadas pelo Safra, tais como homologações e atualizações de sistemas e *software*, nos prazos acordados, com o intuito de garantir a segurança de seu ambiente de processamento das informações;

(xix) comunicar imediatamente o Safra a respeito de qualquer suspeita sobre a segurança dos dados relativos às Transações capturadas pelo Sistema SafraPay, assim como qualquer vazamento de dados que, eventualmente, venham a ocorrer em seus sistemas. O Estabelecimento deve descrever os processos e procedimentos implementados para corrigir as falhas e/ou para recuperar os dados eventualmente violados. O Safra poderá requerer exames ou a realização de procedimentos para averiguar e medir a extensão de tais vazamentos ou exigir a contratação de especialista para tais finalidades; e

(xx) responder pela legitimidade e legalidade das Transações que originaram os créditos negociados ou pré-pagos e sua regularidade de acordo com este Contrato, sob pena de estorno, débito, cancelamento e Contestação.

7.2. O Estabelecimento obriga-se a observar o disposto no [Anexo 7.2](#) nas Transações de Crédito.

7.3. O Estabelecimento obriga-se a observar o disposto no [Anexo 7.3](#) nas Transações de Débito.

7.4. O Estabelecimento obriga-se a observar o disposto no [Anexo 7.4](#) nas Transações sem Cartão presente.

7.5. O Estabelecimento obriga-se a observar o disposto no [Anexo 7.5](#) para os serviços de rede prestados pelo Safra.

7.6. O Estabelecimento fica obrigado a não impor condições e/ou restrições discriminatórias ao pleno e legítimo uso de Cartões e Meios de Pagamento pelo Portador, bem como a quaisquer Emissores ou Instituidores de Arranjo de Pagamento, sendo também expressamente vedado efetuar qualquer discriminação relativamente a qualquer Portador.

7.7. O Estabelecimento assumirá integral responsabilidade por (i) eventuais erros nos dados das Transações, inclusive sem Cartão presente, (ii) Contestação oriundas de Transações, inclusive sem Cartão presente, e (iii) cancelamentos de Transações, inclusive sem Cartão presente, enviados ao Sistema SafraPay.

7.8. O Estabelecimento deve utilizar os Equipamentos somente para realizar Transações regulares e resultantes de suas próprias atividades, sendo expressamente vedada a realização de Transações de terceiros, ainda que empresas do mesmo grupo econômico do Estabelecimento, obrigando-se, outrossim, o Estabelecimento a observar rigorosamente as disposições da legislação aplicável e as condições deste Contrato.

7.9. Estão sujeitas ao não processamento, ao não pagamento e/ou cancelamento, as Transações irregularmente realizadas, sob quaisquer modalidades, de forma conivente ou não, em circunstâncias que caracterizem indício ou suspeita de fraude e/ou irregularidade.

7.10. O Estabelecimento está ciente que poderá ser suspenso e/ou descredenciado, sob exclusivo critério do Safra, no caso de ocorrência de Transações suspeitas ou irregulares, conforme políticas definidas pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento e/ou regras do Safra.

7.11. O Estabelecimento está ciente e concorda com os métodos que o Safra vier a adotar para identificar e prevenir fraudes e práticas ilícitas. O Estabelecimento se obriga a monitorar e orientar seus funcionários, bem como cooperar e colaborar com o fornecimento das informações solicitadas.

7.12. O Estabelecimento é o exclusivo responsável por responder e solucionar, diretamente aos e com os Portadores, toda e qualquer controvérsia sobre as características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço, funcionamento, garantias, defeitos e/ou avarias dos bens e produtos adquiridos e/ou dos serviços prestados, incluindo casos de defeito ou devolução, problemas de entrega, entre outros, mantendo o Safra, os Instituidores de Arranjo de Pagamentos e o Emissor inteiramente isentos de quaisquer responsabilidades convencionais ou legais em relação aos fatos mencionados nesta cláusula,

inclusive com relação a quaisquer ocorrência e/ou obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

- 7.13. O Estabelecimento está ciente e concorda expressamente que a responsabilidade do Safra está limitada à execução das obrigações descritas neste Contrato, sendo certo que quaisquer obrigações ou ônus decorrentes, direta ou indiretamente, de quaisquer procedimentos administrativos ou judiciais, resultantes de eventual descumprimento de qualquer obrigação principal ou acessória por parte do Estabelecimento e promovida por qualquer terceiro, inclusive órgãos federais, estaduais ou municipais competentes, deverão ser suportados integralmente pelo Estabelecimento.
- 7.14. O Estabelecimento está ciente e concorda expressamente que o Safra não é responsável por eventuais falhas, atrasos ou interrupções na prestação de serviço, uma vez que, tratando-se de serviços de tecnologia, interrupções são previsíveis, inclusive decorrentes de caso fortuito ou motivos de força maior, bem como por limitações impostas por parte do poder público ou da atuação de operadoras de serviço de telecomunicações interconectadas à rede do Estabelecimento, ou, ainda, por má utilização do serviço pelo Estabelecimento ou por qualquer outro fato alheio ao Safra.

8. PAGAMENTO DAS TRANSAÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO

- 8.1. O Estabelecimento autoriza o Safra a realizar o pagamento do Valor Líquido das Transações das modalidades débito e crédito na forma e prazo definidos e cadastrados no Safra, observados ainda os termos e condições previstos no Portal do Cliente, mediante crédito do respectivo valor no Domicílio Bancário indicado pelo Estabelecimento, ou por outro meio de pagamento acordado entre as Partes, desde que a Transação tenha sido realizada de acordo com o previsto neste Contrato. O Estabelecimento é o único responsável pela indicação dos seus dados para pagamento, ficando o Safra eximido de qualquer responsabilidade a esse respeito.
- 8.2. O Estabelecimento reconhece que as Transações estão sujeitas a Contestação (*chargeback*) e cancelamento, na forma prevista neste Contrato, hipóteses em que deixarão de ser pagas pelo Safra ao Estabelecimento, ou então serão objeto de estorno, caso já tenham sido liquidadas.
- 8.3. Caso a data prevista para o pagamento do Valor Líquido da Transação seja feriado ou dia de não funcionamento bancário na praça do Domicílio Bancário indicado pelo Estabelecimento ou na praça da sede do Safra, o pagamento será realizado no primeiro dia útil subsequente.
- 8.4. O pagamento dos valores das Transações pelo Safra ao Estabelecimento estará sujeito a condições normais de operacionalidade do sistema de pagamentos da Câmara Interbancária de Pagamento (CIP), sendo que eventuais interrupções ou falhas do sistema poderão impactar a agenda de pagamento ao Estabelecimento, sem que impliquem quaisquer ônus ou penalidades ao Safra.
- 8.5. Ressalvado o disposto na Cláusula anterior, bem como nas hipóteses de impossibilidade de efetivação do pagamento por problemas ou restrições do Domicílio Bancário do Estabelecimento, ou por motivos de caso fortuito ou de força maior, a falta ou atraso imotivado do pagamento do Valor Líquido das Transações superior a 1 (um) dia útil sujeitará o Safra à incidência dos seguintes encargos adicionais sobre os valores devidos, calculados *pro rata die*: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês; e (ii) atualização monetária com base no IPC/FGV.
- 8.6. O Safra não será responsável pelo atraso do pagamento dos valores das Transações quando houver motivo de força maior ou caso fortuito, ou mesmo no atraso em virtude de evento fora de seu controle gerado pelo Estabelecimento e/ou pelas entidades envolvidas no processo de liquidação.
- 8.7. O Estabelecimento terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data prevista para a realização do pagamento pelo Safra, para apontar qualquer divergência em relação aos valores pagos. Findo tal prazo, não caberá qualquer reclamação por parte do Estabelecimento e ocorrerá a quitação automática, irrevogável, irretratável e definitiva quanto aos referidos valores.
- 8.8. O Safra disponibilizará ao Estabelecimento o Extrato das Transações, mediante acesso ao Portal do Cliente.
- 8.9. O Estabelecimento reconhece que, no fluxo de liquidação das Transações das modalidades débito e

crédito, os valores devidos são pagos pelos Emissores ao Safra e, após o recebimento, pelo Safra ao Estabelecimento, deduzidas as respectivas remunerações. Dessa forma, na hipótese do prazo do pagamento das Transações acordado entre Safra e Estabelecimento ser inferior ao prazo em que o Safra recebe os respectivos valores dos Emissores, o Safra poderá, a qualquer tempo, de acordo com suas políticas de risco, alterar o prazo de pagamento das Transações junto ao Estabelecimento, situação na qual o Estabelecimento será imediatamente comunicado acerca das novas condições de Taxa de Desconto (MDR) e de prazo de pagamento das Transações que passarão a ser praticadas partir de então.

9. HIPÓTESES DE RETENÇÃO, COMPENSAÇÃO E RESERVA FINANCEIRA

- 9.1. O Estabelecimento reconhece e concorda que o Safra, de acordo com as disposições deste Contrato e dos Anexos, terá direito de deduzir do valor bruto das transações: (i) a Remuneração; (ii) os estornos decorrentes de cancelamentos, contestações, chargebacks ou fraudes; (iii) a liquidações de valores de recebíveis constituídos associados à unidade de recebíveis decorrentes de antecipações; e (iv) serviços de valor agregado contratados pelo Estabelecimento na Proposta de Credenciamento ou aceite dos termos e condições ao Sistema SafraPay.
- 9.2. Além da previsão de retenção e compensação acima prevista, o Safra poderá solicitar a constituição de Reserva Financeira com o propósito de: (i) gerenciamento de risco do Estabelecimento e de seus respectivos usuários finais recebedores; e (ii) compensação com quaisquer débitos do Estabelecimento perante o Safra decorrentes de eventos previstos contratualmente.
 - 9.2.1. Os valores e condições da Reserva Financeira serão informados e estarão disponíveis de forma permanente no Aplicativo do Estabelecimento, devidamente destaca na super agenda do Estabelecimento, e sofrerão variação conforme eventual agravamento ou diminuição do risco financeiro do Safra, incluindo, mas não se limitando, na ocorrência de mudança dos percentuais de cancelamentos e *chargebacks* do Estabelecimento.
- 9.3. A retenção e compensação de valores será realizada com os créditos existentes ou futuros do Estabelecimento.
- 9.4. Caso sejam identificados indícios de insolvência do Estabelecimento, incluindo, mas não se limitando a, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, estado pré-falimentar, sucessivos casos de fraudes, excesso de *chargebacks*, cancelamento ou outras hipóteses de estorno, encerramento ou suspensão de atividades, ofícios, bloqueios, penhora, arresto, custódia de valores determinados por autoridades públicas ou quaisquer outras situações indicadoras de potencial falta de capacidade de cumprimento das obrigações do Estabelecimento, o Safra poderá reter integralmente os créditos eventualmente devidos ao Estabelecimento, excetuado os valores já gravamados nos Sistemas de Registro, exclusivamente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações do Estabelecimento perante o Safra e os Portadores.
- 9.5. O SAFRA poderá ainda, a qualquer tempo, exigir a constituição de garantias destinadas a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, ou exigir o reforço das garantias já constituídas, neste último caso desde que se desvalorizem ou fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, abalar ou diminuir o seu valor, obrigando-se o Estabelecimento a atender o pedido do Safra nesse sentido, dentro do prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da solicitação feita por escrito.

10. CONTESTAÇÃO E CANCELAMENTO DAS TRANSAÇÕES

- 10.1. A autorização da Transação pelo Safra não caracteriza qualquer tipo de declaração do Safra quanto à regularidade da Transação, sendo possível, posteriormente, que sejam detectadas irregularidades na Transação que ensejem seu estorno ou o não pagamento ao Estabelecimento.
- 10.2. O Safra informará ao Estabelecimento de eventuais Contestações por meio do Portal do Cliente.
- 10.3. A Transação, inclusive sem Cartão presente, mesmo após ser autorizada, poderá não ser processada ou ser estornada pelo Safra, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, independente de notificação prévia, nas seguintes hipóteses:
 - (i) se for constatada a ocorrência de irregularidades e/ou de circunstâncias que caracterizem indícios ou suspeita de fraudes e/ou a violação das obrigações previstas neste Contrato;

- (ii) não reconhecimento da Transação pelo Portador, em razão de suspeita de fraude; ou
 - (iii) não cumprimento, pelo Estabelecimento, dos termos deste Contrato e/ou das regras emitidas pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento e suas respectivas atualizações, bem como a legislação aplicável.
- 10.4. O Estabelecimento deve, sempre que lhe for solicitado, enviar ao Safra cópia legível e sem rasuras dos Comprovantes de Vendas, bem como qualquer documentação adicional de comprovação da entrega dos bens adquiridos ou da prestação de serviços realizada, dentro do prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da solicitação. Se o Estabelecimento não apresentar a documentação solicitada no prazo fixado, estará sujeito a não liquidação da respectiva Transação. Fica esclarecido, outrossim, que o envio dos Comprovantes de Venda e dos demais documentos pelo Estabelecimento não significará a aceitação da Transação pelo Safra, que analisará a sua regularidade de acordo com as regras dos Instituidores de Arranjo de Pagamento e do Safra.
- 10.5. Para cumprimento do disposto na Cláusula anterior, o Estabelecimento deverá manter em arquivo a via original dos Comprovantes de Venda e os documentos que comprovem a entrega dos bens adquiridos ou a prestação de serviços realizada pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses, obrigando-se encaminhar tais comprovantes ao Safra sempre que solicitado.
- 10.6. O Estabelecimento poderá solicitar ao Safra o cancelamento das Transações na modalidade crédito no prazo de 120 (cento e vinte) dias e o cancelamento das Transações na modalidade débito no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data do processamento da respectiva Transação. O cancelamento poderá ser solicitado (i) por meio do Portal do Cliente ou Central de Atendimento, em qualquer hipótese; ou (ii) por meio do próprio Equipamento, se for solicitado no mesmo dia em que a Transação foi realizada. Caberá ao Safra aprovar ou não o pedido de cancelamento e estabelecer os meios e procedimentos para a sua realização.
- 10.7. A efetivação do cancelamento da Transação solicitado pelo Estabelecimento ficará condicionada à existência de créditos suficientes na Agenda Financeira, para que seja possível a compensação do valor do cancelamento, sendo certo que, no caso de inexistência e/ou insuficiência de créditos a compensar, o Estabelecimento deverá, por sua própria conta e risco, resolver diretamente com os Portadores a devolução de eventuais valores decorrentes do cancelamento não realizado. O cancelamento da Transação autoriza o Safra a, automaticamente e independentemente de aviso ou notificação, deixar de promover à liquidação financeira da Transação.
- 10.8. No caso de Contestação e/ou de cancelamento de Transação, por qualquer que seja o motivo, o Safra deixará de efetuar o pagamento do respectivo Valor Líquido ao Estabelecimento. Na hipótese da Transação objeto da Contestação e/ou cancelamento já ter sido previamente liquidada pelo Safra ao Estabelecimento, inclusive por meio de Antecipação de Recebimento de Vendas (ARV), o Valor Bruto da Transação, acrescido dos encargos previstos na Cláusula 10.9 a seguir, será imediatamente restituído pelo Estabelecimento ao Safra, independentemente de aviso prévio ou qualquer formalidade, (i) através de compensação com quaisquer créditos, presentes ou futuros, que venham a ser devidos ao Estabelecimento, ou (ii) mediante débito no Domicílio Bancário do Estabelecimento, que poderá ser comandado pelo Safra à respectiva instituição financeira, ou (iii) mediante débito em conta de depósito ou de pagamento que o Estabelecimento possua junto ao Safra, se houver, ou, ainda, (iv) por outros meios de cobrança legalmente admitidos que o Safra venha a adotar, inclusive emissão de boleto.
- 10.9. O Valor Bruto da Transação a ser restituído pelo Estabelecimento ao Safra nos termos da Cláusula anterior será devidamente atualizado, desde a data de pagamento da Transação em questão pelo Safra ao Estabelecimento, pela variação positiva do IPC/FGV (ou outro índice que o substitua) mais juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração *pro-rata*, acrescido da Tarifa de Reversão de Transação e dos encargos operacionais e Perdas e danos incorridos.
- 10.10. Mesmo em caso de desfazimento da Transação, por qualquer motivo, inclusive por Contestação ou cancelamento, a Remuneração relacionada à Transação e a Tarifa de Reversão de Transação poderão ser exigidas pelo Safra do Estabelecimento, além dos encargos operacionais e Perdas e danos incorridos, inclusive, mas não limitados, a penalidades e encargos aplicados pelos Instituidores de Arranjo de

Pagamento.

10.11. Na hipótese de Transações pendentes nos Equipamentos, o Estabelecimento deve confirmá-las ou desfazê-las no prazo de 30 (trinta) dias, quando se tratar de Transações de crédito e 5 (cinco) dias para Transações de débito, por uma das formas de comunicação prevista neste Contrato. O descumprimento desse prazo pelo Estabelecimento implicará o desfazimento automático da respectiva Transação, independentemente de qualquer comunicação por parte do Safra.

11. DOMICÍLIO BANCÁRIO

11.1. O Estabelecimento indicará na Proposta de Credenciamento um Domicílio Bancário para o recebimento do Valor Líquido das Transações. O Estabelecimento é responsável e obriga-se a ressarcir o Safra pelos custos incorridos pelo Safra nas operações de pagamento das Transações efetuadas mediante TED ou qualquer outro meio similar.

11.2. É de integral responsabilidade do Estabelecimento zelar pela regularidade do Domicílio Bancário, bem como pela correta informação prestada ao Safra. O Estabelecimento neste ato isenta o Safra de toda e qualquer responsabilidade relacionada a tais informações, sua legitimidade e legalidade, devendo ressarcir o Safra, por quaisquer Perdas que venha a incorrer em decorrência do aqui disposto.

11.3. O Estabelecimento expressamente autoriza, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição na qual mantém o seu Domicílio Bancário efetue, por ordem do Safra e a exclusivo critério deste, lançamentos a crédito e débito, estorno de valores e outros previstos neste Contrato em seu Domicílio Bancário, independentemente de prévia consulta do Estabelecimento ou de qualquer outro ato ou formalidade legal ou documental, utilizando-se, para tanto, inclusive de eventuais limites de crédito concedidos em referido Domicílio Bancário. O Estabelecimento se obriga a suprir seu Domicílio Bancário de fundos suficientes para suportar os lançamentos que forem determinados pelo Safra em virtude do Contrato.

11.4. Em caso de término do Contrato por qualquer motivo, o Estabelecimento compromete-se a manter ativo seu Domicílio Bancário até que todas as Transações sejam quitadas pelo Safra, incluindo Transações de crédito parceladas.

11.5. Caso a instituição do Domicílio Bancário se declare impedida, por qualquer motivo, de dar cumprimento às ordens de crédito emitidas pelo Safra, deverá o Estabelecimento providenciar a regularização do Domicílio Bancário ou ainda, indicar novo Domicílio Bancário. Neste caso, o Estabelecimento deverá informar tal providência ao Safra, que estará autorizada a reter o pagamento dos créditos até o recebimento do pedido de mudança e regularização do Domicílio Bancário pelo Estabelecimento ou o respectivo processamento, sem quaisquer ônus, penalidades ou encargos.

11.6. O Estabelecimento poderá, salvo em caso de existência de alguma limitação aplicável, solicitar a alteração de seu Domicílio Bancário ao Safra por meio do Portal do Cliente. O Safra efetuará a alteração do Domicílio Bancário do Estabelecimento no prazo de até 15 (quinze) dias contados da regular formalização da solicitação pelo Estabelecimento, observado o procedimento informado pelo Safra através do Portal do Cliente. Fica estabelecido que o pagamento do Valor Líquido das Transações capturadas anteriormente à alteração efetuada poderá ser realizado no Domicílio Bancário então vigente, a critério do Safra.

11.7. Em caso de alteração do Domicílio Bancário, o Safra se reserva o direito de revisar as condições de Remuneração aplicáveis ao Estabelecimento, em especial, mas não limitado, a Taxa de Desconto (MDR) e o Aluguel de Equipamento.

12. ANTECIPAÇÃO DO RECEBIMENTO DE VENDAS (ARV)

12.1. O Estabelecimento poderá solicitar ao Safra a Antecipação do Recebimento de Vendas (ARV), ficando a exclusivo critério do Safra a aprovação. As condições comerciais de cada ARV serão ajustadas entre as Partes. O Safra verificará e informará ao Estabelecimento, mediante solicitação deste, se o Estabelecimento está apto a receber antecipadamente seus direitos creditórios, de acordo com a Agenda Financeira de liquidação e as políticas do Safra.

12.2. O Estabelecimento poderá contratar a ARV de forma eventual ou de forma automática, através dos

canais de atendimento que forem disponibilizados pelo Safra para o Produto, inclusive e-mails cadastrados. Se o Estabelecimento contratar a ARV na forma automática, o Valor Líquido das Transações geradas pelo Estabelecimento passará a ser pago no dia útil seguinte ao da sua Captura, aplicando-se a Taxa de Antecipação praticada pelo Safra na data de cada antecipação, a qual poderá ser consultada pelo Estabelecimento no Portal do Cliente e/ou na Central de Atendimento, podendo ser deduzida ainda a Tarifa de Contratação de ARV.

- 12.3. Quando o Estabelecimento optar por não continuar com a operação de ARV automática, deverá comunicar tal decisão ao Safra via Central de Atendimento ou via Portal do Cliente, responsabilizando-se o Safra por efetuar a mudança no cadastro do Estabelecimento.
- 12.4. Para as negociações do ARV com o Safra, devem ser observados os seguintes termos, sem prejuízo de outras regras determinadas pelo Safra:
- (i) as operações de ARV terão como objeto exclusivamente Transações já realizadas;
 - (ii) o ARV será calculado com base no Valor Líquido das Transações, aplicando-se sobre este a Taxa de Antecipação e a Tarifa de Contratação de ARV;
 - (iii) o depósito do valor acordado com o Safra no Domicílio Bancário do Estabelecimento representa a quitação pelo Safra das Transações incluídas naquela negociação de ARV, dando o Estabelecimento a respectiva quitação, de forma irrevogável e irretroatável; e
 - (iv) a efetivação da contratação do ARV depende de políticas de risco, a exclusivo critério do Safra.
- 12.5. Em razão da Antecipação de Recebíveis, o Safra irá realizar a transferência da titularidade dos créditos perante os Sistema de Registro, considerando: (i) o valor dos créditos cedidos, acrescido das taxas devidas; e (ii) o prazo necessário para a quitação integral dos créditos cedidos.
- 12.6. Os créditos, objeto da cessão, deverão ser pagos pelo devedor até o prazo pactuado. Na inexistência de Transações com Cartão em valor suficiente, inclusive nas hipóteses de *chargeback*, cancelamento ou outras hipóteses de estorno, a cessão permanecerá nos Sistemas de Registro até que haja a quitação integral dos créditos, incluindo eventuais encargos moratórios incidentes.

13. NEGOCIAÇÃO DOS CRÉDITOS

- 13.1. O Estabelecimento reconhece e concorda, expressamente, que serão vedadas e não produzem nenhum efeito relativamente ao Safra a caução, cessão ou transferência de titularidade, negociações envolvendo quaisquer direitos creditórios presentes ou futuros que o Estabelecimento detenha junto ao Safra, oriundos das Transações, ou o oferecimento em garantia dos créditos decorrentes de Transações que não tenham sido cedidas e/ou registradas nos Sistemas de Registro, nos termos das resoluções emitidas pelo Banco Central.

14. REMUNERAÇÃO

- 14.1. Pela adesão e utilização do Sistema SafraPay, o Safra poderá cobrar do Estabelecimento uma Remuneração, a qual incluirá os seguintes encargos e taxas, sem prejuízo da cobrança de outros valores previstos no presente Contrato, seus Anexos e/ou na Proposta de Credenciamento:

- Taxa de Adesão/Renovação;
- Tarifa de Instalação/Entrega de Equipamento;
- Taxa de Desconto (MDR por Transação Presencial);
- Taxa de Desconto (MDR por Transação Ecommerce);
- Tarifa por Transação E-commerce (Gateway de Pagamento + Antifraude);
- Tarifa por Transação;
- Taxa de Conectividade;
- Taxa mensal de Aluguel de Equipamento;
- Tarifa de Manutenção de Equipamento;

- Tarifa de Disponibilização de Extrato;
- Taxa de Inatividade por evento;
- Taxas Operacionais por evento;
- Tarifa de Monitoramento e Investigação por evento;
- Tarifa de Reversão de Transação;
- Tarifa de Desinstalação/Retirada de Equipamento;
- Taxa de Antecipação;
- Tarifa de Contratação de ARV;
- Tarifa pelo Recebimento Via QR Code PIX (Máquina POS, TEF ou Ecommerce); e
- Tarifa ou mensalidade do(s) Serviço(s) de Valor Agregado.

14.2. O Safra poderá instituir, mediante prévia comunicação por escrito, novas modalidades de Remuneração pelos seus serviços prestados, tais como tarifas ou taxas.

14.3. A Remuneração será cobrada pelo Safra em periodicidade variável, e de acordo com a operação realizada, sendo que o Estabelecimento poderá consultar o valor respectivo no Portal do Cliente e/ou Central de Atendimento.

14.4. O Safra poderá, a qualquer tempo, alterar os valores ou percentuais da Remuneração, mediante comunicação ao Estabelecimento por meio do Portal do Cliente. Fica certo, outrossim, que os valores da Remuneração estipulados em valores fixos, e não em percentuais, serão automaticamente reajustados, anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação positiva do IPC/FGV no período, ou por qualquer outro índice que vier a substituí-lo.

14.5. O valor da Remuneração, de acordo com a sua natureza, será abatido automaticamente do Valor Bruto da Transação e/ou compensado na Agenda Financeira do Estabelecimento, sem prejuízo ainda das demais formas de cobrança previstas no capítulo a seguir, e poderá ser diferente em função do tipo de Transação, tipo de Meio de Pagamento, segmento de atuação do Estabelecimento, e/ou forma de Captura de dados, se eletrônica ou presencial/manual.

15. FORMA DE COBRANÇA DO ESTABELECIMENTO, MORA E INADIMPLENTO

15.1. O Estabelecimento autoriza desde já o Safra a proceder a cobrança mediante compensação em Agenda Financeira, conta de depósito e/ou de pagamento ou, ainda, lançamento em cartão de crédito informado, de quaisquer importâncias que o Estabelecimento venha a dever ao Banco Safra, tais como aluguéis do(s) equipamento(s), tarifas de serviços, bem como o próprio valor do(s) equipamento(s) em caso de não devolução ao término do contrato. Os valores devidos serão descontados conforme o seguinte fluxo de cobrança: prioritariamente via Agenda Financeira do Estabelecimento, sem possibilidade de cancelar essa forma de cobrança. Em caso de impossibilidade de cobrança na Agenda Financeira, será aplicado o débito em conta de depósito e/ou de pagamento. Para tanto, o Estabelecimento autoriza, na forma da regulamentação vigente os débitos, totais ou parciais, do valor devido, em conta a ser aberta junto ao Safra. Em caso de impossibilidade ou, em virtude de cancelamento da autorização para débito em conta, a cobrança poderá ser realizada via cartão de crédito informado, sem possibilidade de cancelar essa forma de cobrança.

15.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior, fica desde já o Safra autorizado pelo Estabelecimento a utilizar todo e qualquer valor existente em aplicações financeiras, além de todo e qualquer crédito do qual, porventura, o Estabelecimento seja titular junto ao Safra e quaisquer outras empresas integrantes das Organizações Safra, para amortização total ou parcial do saldo devedor do Estabelecimento. Para tanto, as instituições financeiras acima nomeadas ficam, desde já, de forma irrevogável e irrevogável, autorizadas a transferir ao Safra, os mencionados créditos do Estabelecimento, tão logo venha a ocorrer a inadimplência do Estabelecimento valendo tal transferência, para todos os fins e efeitos de direito, como cessão de tais créditos ao Safra. Todos os tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza incidentes sobre tal(is) operação(ões) correrão por conta do Estabelecimento.

- 15.3. Caso nenhuma das alternativas anteriores de cobrança seja bem sucedida, o Safra poderá realizar a cobrança via boleto bancário, hipótese em que será de exclusiva responsabilidade do Estabelecimento a obtenção dos boletos junto aos meios eletrônicos de interação com o Safra, bem como, a quitação dele.
- 15.4. A autorização da forma de cobrança é concedida por prazo indeterminado até a final liquidação de todas as obrigações dela decorrentes. Caso não haja mais interesse em seguir com o débito automático em conta é de responsabilidade do Estabelecimento proceder o cancelamento da autorização.
- 15.5. O cancelamento da autorização para débito em conta, a ser realizado nos canais disponíveis pelo Safra, não exime o Estabelecimento de suas obrigações de pagamento nos respectivos vencimentos, que seguirá o fluxo de cobrança disponibilizada pelo Safra e aceitas pelo cliente, conforme descrito na Cláusula 14.1.
- 15.6. Ocorrendo falta ou eventual atraso no pagamento, total ou parcial, de qualquer obrigação do Estabelecimento decorrente deste Contrato, o valor devido será acrescido de **(i)** multa moratória de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor devido e não pago; **(ii)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês; e **(iii)** atualização monetária com base na variação positiva do IPC/FGV, calculados *pro rata die*.
- 15.7. No caso de qualquer inadimplemento do Estabelecimento, total ou parcial, e/ou de vencimento antecipado de obrigações do Estabelecimento, decorrentes de qualquer instrumento ou título, inclusive, sem limitação, do presente Contrato, serão consideradas extintas, de pleno de direito, as obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) do Safra para com o Estabelecimento, as quais serão compensadas com as obrigações líquidas e vencidas (antecipadamente ou não) do Estabelecimento para com o Safra e decorrentes dos mesmos instrumentos ou títulos, inclusive, sem limitação, deste Contrato, tudo independentemente de aviso prévio ou notificação de qualquer natureza. Fica desde já esclarecido que a compensação parcial não exonerará o Estabelecimento, que continuará responsável pelo saldo remanescente de suas obrigações e respectivos acréscimos, até a quitação total junto ao Safra.
- 15.8. Para a liquidação da totalidade das obrigações do Estabelecimento, caso não ocorra a compensação de que trata a Cláusula anterior, ou do saldo remanescente, poderão ser utilizados pelo Safra todos os créditos, valores existentes em aplicações em títulos de renda fixa ou variável, valores mobiliários, públicos ou privados, títulos de crédito em cobrança, metais preciosos, quaisquer fundos, cadernetas de poupança ou quaisquer ativos ou outras modalidades de aplicações praticadas no mercado financeiro e de capitais de que o Estabelecimento seja titular junto ao Safra e/ou demais sociedades integrantes das "Organizações Safra".

16. FRAUDE OU SUSPEITA DE FRAUDE

- 16.1. O Safra adotará providências para identificação e prevenção de fraudes e práticas ilícitas, comprometendo-se o Estabelecimento a orientar seus funcionários e contratados acerca do cumprimento das políticas de prevenção, bem como a fornecer as informações solicitadas pelo Safra.
- 16.2. O Safra ficará isento de quaisquer responsabilidades relativas a fraudes, indícios ou suspeitas de fraude, além de contestações por indícios ou suspeitas de fraude, em todas as Transações, inclusive sem Cartão presente realizadas pelo Estabelecimento, as quais serão de responsabilidade exclusiva do Estabelecimento.
- 16.3. Em caso de suspeita de realização de Transações irregulares, o Safra fica desde logo autorizado pelo Estabelecimento a iniciar procedimento investigativo para a respectiva apuração, independentemente do envio de comunicação ao Estabelecimento.
- 16.4. O Safra, a seu exclusivo critério, poderá cobrar do Estabelecimento, a Tarifa de Monitoramento e Investigação, em função do monitoramento de Transações suspeitas e/ou procedimento investigativo.
- 16.5. Caso o Estabelecimento venha a ser comunicado pelo Safra acerca de qualquer procedimento investigativo, o Estabelecimento deverá cooperar integralmente com o Instituidores de Arranjo de Pagamento e/ou com o Safra, obrigando-se a fornecer todos os Comprovantes de Vendas e quaisquer outros documentos solicitados pelo Instituidores de Arranjo de Pagamento e/ou pelo Safra e adotar todas e quaisquer recomendações para regularizar as suas operações no prazo que vier a ser indicado pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento e/ou pelo Safra, podendo o Safra realizar inspeção nos

Equipamentos utilizados pelo Estabelecimento, em qualquer data e em horário comercial, independentemente de prévia comunicação ao Estabelecimento.

16.6. Em caso de suspeita e/ou constatação de fraude ou qualquer outra atividade ilícita e durante a realização do procedimento investigativo, o Safra poderá suspender a disponibilização ao Estabelecimento do Sistema SafraPay para a realização de novas Transações e a liquidação financeira das Transações ao Estabelecimento, bem como reter eventuais pagamentos a serem realizados ao Estabelecimento, desde a data do início do procedimento investigativo até o seu término, sem que isto gere para o Safra qualquer multa, penalidade e/ou encargos moratórios. Caso não reste comprovada a ocorrência de irregularidades nas Transações este Contrato continuará em vigor, e os valores das Transações deverão ser pagos pelo Safra ao Estabelecimento, sem qualquer acréscimo ou penalidade. Na hipótese de constatação de fraude ou suspeita de fraude ou irregularidade na operação do Sistema SafraPay por parte do Estabelecimento, poderá o Safra imediatamente bloquear as Transações, descredenciar o Estabelecimento e rescindir este Contrato, podendo, ainda, reter todo e qualquer valor que porventura tivesse que ser repassado pelo Safra ao Estabelecimento pelo prazo necessário para concluir a apuração de todas as Perdas.

17. CONFIDENCIALIDADE

17.1. O Estabelecimento compromete-se a manter em absoluto sigilo e confidencialidade todas as Informações Confidenciais. No caso de sua eventual violação ou divulgação, inclusive por atos de seus funcionários ou terceiros, o Estabelecimento será responsável pelo ressarcimento das Perdas e danos ocasionados, incluindo danos emergentes, lucros cessantes, custas judiciais e honorários advocatícios.

17.2. O Estabelecimento se compromete a manter, conservar e guardar todas as Informações Confidenciais, Equipamentos e materiais que lhe sejam entregues ou a que tenha acesso em decorrência deste Contrato, em local absolutamente seguro, inacessível a terceiros, salvo quanto às pessoas devidamente autorizadas e cientes da obrigação de sigilo aqui definida, as quais se obrigam também a observar as restrições previstas.

17.3. O Estabelecimento obriga-se a utilizar as Informações Confidenciais e Produtos que lhe são disponibilizados nos termos do Contrato, exclusivamente para as finalidades e serviços contratados, ficando vedada qualquer alteração de sua forma ou substância.

17.4. O Safra compromete-se a manter a confidencialidade de dados das Transações efetuadas pelo Estabelecimento, exceto quando solicitados por ordem judicial, exigidos por lei e/ou prestadores de serviço do Safra. O Safra poderá prestar às autoridades competentes, tais como o Ministério da Fazenda, o BACEN, a Receita Federal, as Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Comissões Parlamentares de Inquérito, Órgãos de Controle de Atividades Financeiras, Polícia Federal etc., todas as informações que forem solicitadas em relação ao Estabelecimento ou quaisquer dados relativos às Transações efetuadas pelo Estabelecimento.

17.5. O Estabelecimento, de forma irrevogável e irretratável, autoriza o Safra e/ou as empresas pertencentes ao seu conglomerado a:

- (i) trocarem entre si as Informações Confidenciais e demais informações, assim como consultar e/ou confirmar a exatidão delas em websites e bancos de dados em geral;
- (ii) compartilhar as Informações Confidenciais e demais informações com os Emissores, com a instituição depositária do Domicílio Bancário e com os Instituidores de Arranjo de Pagamento;
- (iii) compartilhar Informações Confidenciais e demais informações com seus parceiros comerciais e prestadores de serviços, no Brasil ou no exterior, para fins de avaliação de crédito, verificação e gestão de risco e fraude;
- (iv) utilizar suas Informações Confidenciais e demais informações para formação de banco de dados, bem como sua divulgação a qualquer título, desde que de forma generalizada, agrupada com informações de outros Estabelecimentos e não individualizada;
- (v) compartilhar as Informações Confidenciais e demais informações com as autoridades reguladoras da

indústria de Meios de Pagamento, com autoridades tributárias federais, estaduais e municipais, com agências de crédito oficiais ou privadas, por determinação em legislação, regulamentação de mercado, em medidas judiciais, entre outras;

- (vi) comunicar ao BACEN e ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras as Transações que possam estar configuradas no disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (“Lei de Lavagem de Dinheiro”), e demais normas relativas à lavagem de dinheiro, incluindo as normas e políticas internas do Safra nesse sentido;
- (vii) informar a órgãos de proteção de crédito, tais como SERASA e SPC, os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas pelo Estabelecimento junto ao Safra; e
- (viii) consultar informações em nome do Estabelecimento que constem ou venham a constar (a) do Sistema de Informações de Crédito (SCR), de que tratam os normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou BACEN, e/ou outros sistemas que, em virtude de norma legal os complementem ou substituam, (b) dos sistemas geridos pelo BACEN relativamente a operações realizadas pelo Estabelecimento no mercado de câmbio com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e, bem como, (c) de quaisquer outros bancos de dados, públicos ou privados.

17.6. A obrigação de sigilo se manterá válida inclusive quando do término por qualquer motivo deste Contrato. A não observância dos requerimentos mencionados nesta cláusula sujeitará o Estabelecimento ao pagamento de indenização compatível com os prejuízos incorridos pelo Safra e às sanções e pagamento das multas e/ou Perdas específicas previstas nas normas e regulamentos operacionais do Safra e dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, sem prejuízo das demais medidas asseguradas em lei às Partes e aos terceiros prejudicados.

18. PRAZO

18.1. Este Contrato vigorará por tempo indeterminado, a partir do credenciamento efetivo do Estabelecimento ao Sistema SafraPay, nos termos previstos neste Contrato.

19. TÉRMINO E RESPONSABILIDADES

19.1. O Safra ou o Estabelecimento poderão, a qualquer tempo e sem qualquer motivação, mediante comunicação por qualquer meio de transmissão ou comunicação físico ou eletrônico, com 10 (dez) dias de antecedência, terminar este Contrato ou a contratação específica de qualquer dos Produtos, sem a incidência de quaisquer ônus, encargos ou penalidades, ressalvado o cumprimento de obrigações contratuais ainda pendentes, assim como de eventuais condições comerciais especiais que tiverem sido negociadas entre Safra e Estabelecimento, incluindo, mas sem se limitar, Acordos Comerciais de Incentivo.

19.2. Este Contrato poderá ser imediatamente rescindido, por justa causa, por qualquer das Partes, nos seguintes casos: (i) infração pela outra Parte de qualquer das cláusulas, termos ou condições deste Contrato; ou (ii) decretação de falência, deferimento de pedido de recuperação judicial, proposição de recuperação extrajudicial ou declaração de insolvência da outra parte. Caso qualquer das Partes incorra em qualquer das hipóteses previstas acima, a Parte inocente deverá comunicar a outra, por qualquer meio de transmissão ou comunicação físico ou eletrônico, com o objetivo de formalizar o término do Contrato, o que produzirá seus efeitos a partir da referida comunicação.

19.3. Este Contrato poderá ainda ser imediatamente rescindido pelo Safra, a exclusivo critério deste, mediante simples comunicação realizada ao Estabelecimento por qualquer meio, sem prejuízo do ressarcimento das Perdas e danos eventualmente acarretados, se o Estabelecimento praticar ou sofrer medidas tais como, mas não limitadas às seguintes:

- (i) realizar Transações irregulares ou em desacordo parcial ou total com os termos deste Contrato, ou Transações suspeitas ou irregulares, conforme definição dos Instituidores de Arranjo de Pagamento ou regras de monitoramento do Safra;
- (ii) se o Instituidor de Arranjo de Pagamento determinar o descredenciamento do Estabelecimento;

- (iii) exercer atividades consideradas ilegais e/ou indesejáveis;
- (iv) realizar Transações e/ou adotar conduta fraudulenta ou com suspeita de fraude;
- (v) se, sem expressa autorização do Safra, intermediar Transações de terceiros ou ceder, transferir, emprestar, dar em garantia ou entregar a terceiros os Equipamentos, Periféricos ou materiais de propriedade do Safra, ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes deste Contrato;
- (vi) se adotar ou permitir práticas que resultem, parcial ou totalmente, em preferência por qualquer outro instrumento de pagamento, exclusão, condicionamento ou limitação da utilização dos Cartões e Meios de Pagamento;
- (vii) ficar impedido de abrir ou manter ou ter encerrado o Domicílio Bancário em qualquer instituição;
- (viii) praticar ou tentar praticar quaisquer atos que tenham por objetivo, direto ou indireto, burlar o Contrato, quaisquer regras ou requisitos operacionais ou de segurança do Safra ou dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, ou qualquer lei ou regulamentação aplicáveis;
- (ix) tiver índice de Transações canceladas ou objeto de Contestação em volume considerado elevado, segundo critérios do Safra e/ou dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, após o decurso de prazo estipulado pelo Safra para esclarecimentos e soluções;
- (x) tornar-se inativo ou manter-se inativo, considerando-se inativo o Estabelecimento que não realizar qualquer Transação no período de 90 (noventa) dias ou outro período inferior, a exclusivo critério do Safra;
- (xi) se for apurada a falsidade, insuficiência ou imprecisão de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pelo Estabelecimento;
- (xii) tornar-se inadimplente junto a qualquer empresa pertencente ao conglomerado do Safra, em razão de outras contratações;
- (xiii) sofrer mudança adversa relevante em sua situação patrimonial, condições econômico-financeiras e/ou resultados operacionais;
- (xiv) tiver sua situação reputacional afetada negativa e relevantemente, inclusive em decorrência direta ou indireta de ação ou omissão de qualquer de seus administradores e/ou acionistas;
- (xv) se não forem renovadas ou forem canceladas, revogadas ou suspensas as autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício das respectivas atividades do Estabelecimento;
- (xvi) for responsabilizado, judicial ou administrativamente, por dano causado ao meio ambiente; e
- (xvii) se for apurada violação ou for iniciado procedimento investigatório visando a apuração de violação, pelo Estabelecimento e/ou seus administradores e/ou acionistas, de dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, sob qualquer jurisdição, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei 12.846/13").

19.4. O término do Contrato, motivado ou não, não exonera as Partes do cumprimento pleno e irrestrito de todas as obrigações decorrentes do Contrato, tais como, mas não limitadas às seguintes:

- (i) o Safra pagar, no prazo contratual e no Domicílio Bancário do Estabelecimento ou por qualquer outro meio de pagamento acordado entre as Partes, os valores das Transações legítimas e regulares devidas ao Estabelecimento, ficando plenamente quitado das suas obrigações decorrentes desde Contrato; e
- (ii) o Estabelecimento (a) pagar ao Safra, ou a terceiro indicado pelo Safra, os valores eventualmente devidos na forma do Contrato, sem prejuízo das Perdas e danos aplicáveis, (b) manter ativo o seu Domicílio Bancário até a liquidação total e final de todo o Valor Líquido das Transações devido ao Estabelecimento, e (c) permitir a imediata retirada e/ou entregar os Equipamentos, Periféricos e materiais operacionais pertencentes ao Safra e/ou terceiros indicados pelo Safra que estejam sob sua guarda, pagando ainda a respectiva Tarifa de Desinstalação/Retirada de Equipamento, conforme valores vigentes à época. Na hipótese de não devolução dos Equipamentos, Periféricos e materiais,

fica facultado ao Safra descontar ou debitar, quando aplicável, o valor dos Equipamentos, Periféricos ou materiais não devolvidos de qualquer quantia a ser paga ao Estabelecimento.

- 19.5. O Safra poderá reter qualquer pagamento devido ao Estabelecimento até o cumprimento integral, pelo Estabelecimento, de todas as obrigações previstas neste Contrato.
- 19.6. O cancelamento de qualquer um dos Anexos não implicará o término do Contrato, permanecendo em pleno vigor, exceto se as Partes acordarem de maneira diversa.

20. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 20.1. O Safra poderá introduzir alterações, aditivos e novos anexos a este Contrato, mediante registro junto ao competente Oficial de Registro de Títulos e Documentos e comunicação ao Estabelecimento enviado por meio do Portal do Cliente.
- 20.2. O novo registro ou averbação do Contrato automaticamente substitui a versão anterior.
- 20.3. O Safra poderá alterar, suspender ou cancelar, ao seu critério, tanto em forma como em conteúdo, a qualquer tempo, quaisquer das funcionalidades disponíveis no Sistema SafraPay.
- 20.4. Caso o Estabelecimento não concorde com as alterações, poderá denunciar este Contrato.
- 20.5. A continuidade do uso dos Serviços pelo Estabelecimento será interpretada como concordância e aceitação das alterações realizadas.

21. MARCA

- 21.1. O Estabelecimento autoriza o Safra a incluir, sem qualquer ônus ou encargos, seu nome, marcas e logotipos e endereço, bem como os de suas unidades comerciais e filiais, em ações de marketing, comunicados, catálogos e/ou quaisquer materiais promocionais do Sistema SafraPay. Autoriza, ainda, a comunicação de seus dados comerciais aos Emissores, Portadores, Instituidores de Arranjo de Pagamento e demais participantes do Sistema SafraPay.
- 21.2. O Estabelecimento declara ciência de que o Safra é titular e/ou licenciado de diversos direitos de propriedade intelectual, incluindo vários direitos de propriedade industrial e direitos autorais sobre as marcas e domínios de internet contendo relacionados ao Safra e ao Sistema SafraPay (doravante conjuntamente denominados "SINAIS DISTINTIVOS"), dentre outros sinais distintivos não autorizados neste instrumento, no âmbito da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 ("Lei da Propriedade Industrial"), Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 ("Lei de Direitos Autorais"), e disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").
- 21.3. Com relação aos SINAIS DISTINTIVOS e às marcas dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, o Estabelecimento obriga-se a utilizá-las, nos estritos termos deste Contrato, nas formas, cores e modelos indicados e aprovados previamente pelo Safra, não podendo alterá-las ou usá-las de forma diversa da forma prévia e expressamente aprovada pelo Safra. Todo e qualquer uso pelo Estabelecimento SEM PRÉVIO E EXPRESSO CONSENTIMENTO DO SAFRA ensejará indenização a ser paga pelo Estabelecimento aos detentores dos direitos sobre os SINAIS DISTINTIVOS.
- 21.4. A presente autorização, concedida de forma não exclusiva, tem por finalidade única e exclusivamente a reprodução dos SINAIS DISTINTIVOS, relacionada à identificação da prestação de serviços financeiros pelo Safra, e não deve ser interpretada como (i) licença de uso dos SINAIS DISTINTIVOS; ou (ii) atividade de qualquer uma das empresas das Organizações Safra no ramo de atividade do Estabelecimento.
- 21.5. A presente autorização também não permite o exercício de qualquer outro direito em relação aos SINAIS DISTINTIVOS, sendo inclusive vedado o direito de usar qualquer variação dos SINAIS DISTINTIVOS, isoladamente ou em combinação com outras palavras sem o prévio e expressamente consentimento do Safra.
- 21.6. É responsabilidade do Estabelecimento zelar pelos SINAIS DISTINTIVOS na utilização descrita na presente Cláusula.
- 21.7. Todo e qualquer material do Estabelecimento, inclusive material de propaganda, contendo os sinais distintivos, deverá ser prévia e expressamente aprovado pelo Safra.

- 21.8. O Estabelecimento deve informar imediatamente ao Safra qualquer utilização indevida dos SINAIS DISTINTIVOS por terceiros que venha a ter conhecimento, sendo que o direito de defesa dos SINAIS DISTINTIVOS caberá sempre exclusivamente ao Safra. O Estabelecimento assume desde já o compromisso de cooperar com o Safra na defesa dos interesses desta nos SINAIS DISTINTIVOS.
- 21.9. Fica vedado ao Estabelecimento a cessão, sublicenciamento ou transferência dos direitos e obrigações advindos do presente Contrato.
- 21.10. O Contrato não transfere para o Estabelecimento qualquer direito de propriedade intelectual que o Safra possua sobre os seus processos e sistemas e/ou qualquer direito intelectual que venha a criar, construir ou adquirir. O Estabelecimento não deve, a qualquer tempo, reivindicar ou adquirir qualquer direito, título ou interesse sobre os SINAIS DISTINTIVOS. O Estabelecimento reconhece e compromete-se a respeitar todos os direitos, títulos e interesses do Safra sobre os SINAIS DISTINTIVOS, obrigando-se a não intentar qualquer ação que possa prejudicar ou questionar ou anular tais direitos, no Brasil ou no exterior.
- 21.11. Após o término deste Contrato por qualquer motivo, o Estabelecimento deverá cessar o uso dos SINAIS DISTINTIVOS e dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, de forma irrevogável, irretroatável e imediata, bem como dos Equipamentos, aparelhos, *software* e materiais cedidos pelo Safra.

22. PROTEÇÃO DE DADOS

- 22.1. O Estabelecimento está ciente que o Sistema SafraPay trata os dados pessoais sob sua controladoria com observância das normas de proteção de dados aplicáveis e nos termos de sua Política de Privacidade pública disponível em <https://www.safra.com.br/sobre/portal-da-privacidade-e-lgpd.htm>.
- 22.2. O Estabelecimento declara que na execução de suas atividades cumpre com as leis e normas que regem a proteção de dados e a privacidade em especial, mas não se limitando a, Lei 13.709/2018 (LGPD) adotando medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas a evitar violações aos dados pessoais.
- 22.3. Cada parte é responsável por garantir o atendimento aos direitos dos titulares previstos na LGPD, naquilo que lhe compete.
- 22.4. As partes se comprometem a cooperar entre si para (a) assegurar a proteção dos dados pessoais, (b) viabilizar o atendimento ao direito dos titulares; (c) prover informações para auxiliar na defesa em procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, quando necessário; (d) auxiliar a elucidação de violação de dados pessoais encaminhando todas as informações solicitadas e que digam respeito ao evento, ressalvado segredo comercial.
- 22.5. A comunicação deve ser feita em até 24h corridas a partir da ciência do incidente, contendo as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data, hora e forma da ciência do incidente; (iii) tipos de dados afetados; (iv) quantidade de titulares de dados afetados; (v) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) ou/e outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; (vi) descrição das possíveis consequências da violação de dados; e (vii) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes e/ou efeitos decorrentes do ocorrido.
- 22.6. Na hipótese do Estabelecimento não dispor de todas as informações ora elencadas no momento de envio da comunicação, deverá enviá-las de forma gradual, sendo certo que a comunicação completa (com todas as informações indicadas) deve ser enviada no menor prazo possível e tão logo disponha da informação, inclusive relatórios forenses relevantes.
- 22.7. O Estabelecimento deverá manter o Sistema SafraPay indene e isento de qualquer reclamação, denúncia, processo judicial ou administrativo decorrente de violação de dados pessoais a qual o Estabelecimento tenha dado causa.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. O Estabelecimento expressamente autoriza e reconhece que o Safra poderá realizar a gravação dos telefonemas relacionados às Transações e/ou a este Contrato.

- 23.2. As Partes reconhecem como válidas e eficazes as comunicações por meio da Central de Atendimento, do Portal do Cliente e por meio do correio eletrônico (e-mail) indicado na Proposta de Credenciamento. Considera-se recebido pelo Estabelecimento qualquer comunicação, notificação ou aviso disponibilizado no Portal do Cliente e/ou enviado para o endereço físico ou eletrônico indicado ao Safra.
- 23.3. Durante a vigência do Contrato, o Estabelecimento poderá receber mensagens eletrônicas do Safra, de modo a assegurar a execução contratual e pós-contratual de obrigações referentes a este Contrato, tais como avisos relacionados a alterações contratuais, atualização de tecnologias, situação do Sistema SafraPay, entre outros. Essas mensagens não serão consideradas indesejadas, abusivas, spam, nem e-mail marketing, tendo em vista que sua finalidade é manter o Estabelecimento informado a respeito de sua relação contratual com o Safra.
- 23.4. O Safra não será responsável por quaisquer falhas, interrupções ou atrasos no cumprimento de suas obrigações, bem como quando decorrentes de caso fortuito ou de força maior, sendo estes excludentes de responsabilidade nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, incluindo, entre outros, atos governamentais, limitações impostas por parte do Poder Público, interrupção na prestação de serviços sob licença, autorização, permissão ou concessão governamental (como fornecimento de energia elétrica e serviços de telefonia, atuação de operadoras de serviço de telecomunicações interconectadas à rede do Estabelecimento, entre outros), catástrofes, greves, perturbações da ordem pública e demais eventos de semelhante natureza.
- 23.5. O não exercício, por qualquer das Partes, de pretensão ou direito que lhe assegure este Contrato ou a lei não significará alteração ou novação de suas disposições e condições, não impedindo o exercício da mesma pretensão ou direito em época subsequente ou em idêntica ou análoga ocorrência posterior.
- 23.6. Caso qualquer disposição ou obrigação resultante deste Contrato seja considerada ou se torne inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, legalidade e exequibilidade das demais disposições ou obrigações não serão afetadas de nenhuma forma. As Partes se comprometem a negociar de boa-fé uma alteração ou substituição da disposição ou obrigação considera inválida, ilegal ou inexecutável, conforme necessário, para atender a intenção original das Partes.
- 23.7. Não se estabelece, por força deste Contrato, qualquer vínculo societário, trabalhista ou empregatício entre as Partes, correndo por conta exclusiva de cada Parte todas as despesas com seus empregados, prepostos, contratados e subcontratados, inclusive encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra.
- 23.8. A relação entre as Partes versa única e exclusivamente sobre o objeto deste Contrato, não podendo, em nenhuma circunstância, ser interpretada como relação de associação, de sociedade a qualquer título, de empregado-empregador, ou de qualquer outra forma que não a prevista neste Contrato.
- 23.9. Este Contrato não gera nenhum direito de exclusividade para qualquer das Partes, podendo o Estabelecimento firmar contratos semelhantes com outras empresas que possuam atividades semelhantes ao Safra.
- 23.10. Os tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as importâncias pagas ao Safra e/ou ao Estabelecimento em decorrência direta ou indireta deste Contrato serão suportados pelo seu contribuinte, assim definido na legislação que instituir e/ou regular referidos tributos e contribuições.
- 23.11. O Estabelecimento concorda que as gravações magnéticas, digitalizadas ou telefônicas, de negociações envolvendo qualquer Produto, qualquer negociação específica ou qualquer termo, cláusula ou condição deste Contrato, poderão ser utilizadas como meio de prova, inclusive em Juízo, por qualquer das Partes.
- 23.12. Ocorrendo fatos não previstos pelo Safra que possam prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, afetando a adequada manutenção da operacionalidade do Sistema SafraPay, os preços e encargos referidos no Contrato poderão sofrer alterações, a serem prévia e expressamente comunicadas ao Estabelecimento, de forma a restaurar o equilíbrio contratual entre as Partes e a eficiência do Sistema SafraPay.
- 23.13. O Safra poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, os seus direitos e obrigações decorrentes deste Contrato para sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, ou quaisquer terceiros,

independente de consentimento, comunicação ou aviso ao Estabelecimento.

- 23.14. Os direitos e obrigações do Estabelecimento previstos neste Contrato não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sem o prévio consentimento escrito do Safra.
- 23.15. O Estabelecimento, por si, por seus sócios, administradores, empregados, prepostos, contratados e/ou subcontratados declara que conhece e se compromete a cumprir as leis de combate à corrupção, prevenção às práticas anticoncorrenciais e à lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira, incluindo, mas não se limitando ao Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei que dispõe sobre Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens Direitos e Valores (Lei nº 9.613/1998), a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), sua regulamentação (Decreto nº 11.129/2022) e outras normas aplicáveis à matéria, bem como normativos internacionais, em especial, as leis anticorrupção norte-americana (*FCPA – Foreign Corrupt Practices Act*) e do Reino Unido (*UK Bribery Act*), que venham a ser aplicáveis ao objeto do presente Contrato.
- 23.15.1. O Estabelecimento declara que possui procedimentos, políticas e controles internos que tratam sobre o conteúdo das leis e normas acima dispostas, que são divulgados e cumpridos amplamente por seus conselheiros, administradores, diretores, agentes e empregados, bem como, na medida dos seus melhores esforços, por seus parceiros e/ou terceiros ligados à presente contratação.
- 23.15.2. O Estabelecimento declara que, no seu melhor conhecimento, inexistente qualquer processo investigativo e/ou condenação na esfera administrativa ou judicial, notadamente por razões de corrupção, fraude, práticas anticoncorrenciais ou de ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira.
- 23.15.3. Durante a vigência do credenciamento do Estabelecimento nos Sistemas SafraPay, caso o Estabelecimento for considerado responsável por qualquer ato de corrupção por meio de (i) decisão condenatória, seja no âmbito administrativo ou judicial; ou (ii) celebração de um acordo de leniência, o presente Contrato poderá ser considerado rescindido de forma imediata e motivada.
- 23.16. As Partes obrigam-se, durante a vigência deste instrumento, a respeitar a legislação trabalhista, inclusive as normas relativas a saúde e segurança ocupacional, e a legislação ambiental, climática e social em vigor no Brasil, declarando que:
- (i) não foram condenados definitivamente na esfera administrativa ou judicial por: (a) questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga à de escravo ou trabalho infantil, proveito criminoso da prostituição, discriminação, violação aos direitos humanos e de povos ou comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais; ou (b) crime contra o meio ambiente; e
- (ii) suas atividades e propriedades estão em conformidade com a legislação ambiental brasileira.
- 23.16.1. O Estabelecimento obriga-se a informar ao Safra, no prazo de 15 (quinze) dias, a ocorrência de descumprimento, por si ou por seus fornecedores diretos, de obrigação ambiental, social ou existência de trabalho infantil ou análogo à escravo, indicando as medidas adotadas para endereçamento do evento.
- 23.16.2. O Estabelecimento obriga-se a (i) não utilizar os recursos oriundos deste instrumento para quaisquer finalidades que possam causar dano ambiental, climático ou social e que não atendam rigorosamente a legislação brasileira vigente sobre as matérias relacionadas no caput desta cláusula; e (ii) responder por qualquer custo, perdas e danos que o SAFRA vier a sofrer em decorrência do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta cláusula, ainda que ocorrido após o término deste Contrato.
- 23.16.3. Sem prejuízo das demais disposições deste instrumento, o Safra poderá rescindir imediatamente o presente Contrato, mediante simples comunicação realizada ao Estabelecimento por qualquer meio, se verificar a superveniência de decisão definitiva, judicial ou administrativa, reconhecendo a prática dos atos elencados no caput pelo Estabelecimento.
- 23.17. Este Contrato beneficiará os respectivos sucessores das Partes, e as obrigações e responsabilidades assumidas no âmbito deste Contrato pelas Partes vincularão seus respectivos sucessores e cessionários.
- 23.18. Este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, inciso II, da Lei nº 13.105,

de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”).

24. FORO

24.1. Este Contrato é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

24.2. FICA ELEITO COMO COMPETENTE PARA CONHECER E DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS OU QUESTÕES QUE, PORVENTURA, VENHAM A DECORRER DESTE INSTRUMENTO, O FORO DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

São Paulo, 27 de junho de 2025.

BANCO SAFRA S.A.

Este Contrato encontra-se registrado perante o 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob registro original de nº 2.126.256, de 03/04/2017, e averbado à margem do registro original, averbações nº: 2.169.334 de 26/11/2018, 2.175.707 de 28/02/2019, 2197805 de 20/02/2020, 2.202.568, de 23/07/2020, 2.214.826 de 14/05/2021, 2.218.319 de 05/08/2021, 2.275.448 de 19/08/2024 e 2.290.051 de 07/07/2025.

COMUNICADO REFERENTE A INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR): As “Organizações Safra” comunicam aos seus clientes os seguintes esclarecimentos relativos ao fornecimento ao Banco Central do Brasil (BACEN) de informações sobre operações de crédito: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito realizadas pelos clientes serão registrados no Sistema de Informações de Crédito (SCR), sob exclusiva responsabilidade das “Organizações Safra”, e terão base no saldo existente no último dia do mês de referência, havendo, portanto, lapso temporal entre a remessa dos dados, seu processamento pelo BACEN e sua disponibilização no SCR; b) o SCR tem por finalidades (i) fornecer informações ao BACEN para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e (ii) propiciar o intercâmbio entre essas instituições de informações, sobre o montante de débitos e de responsabilidades de clientes em operações de crédito, com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) os clientes poderão ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR e/ou no SISBACEN por meio da Central de Atendimento ao Público do BACEN e também, por meio do sistema Registrato - Extrato do Registro de Informações no BACEN; d) pedidos de correções, de exclusões e registros de medidas judiciais e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e/ou no SISBACEN deverão ser dirigidas às “Organizações Safra” por meio de requerimento escrito e fundamentado, e, quando for o caso, acompanhado da respectiva decisão judicial; e) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR, inclusive para fins de análise e/ou aquisição, a qualquer título, total ou parcialmente, de operações de crédito de responsabilidade dos clientes disponibilizadas através do SISBACEN, dependerá da prévia autorização dos clientes; f) a consulta, por qualquer das empresas integrantes das “Organizações Safra”, a informação de operações de crédito em que figurem como contraparte independe de autorização específica de seus clientes; g) a decisão sobre concessão de crédito aos clientes é exclusiva das “Organizações Safra”, de acordo com sua política de crédito, independentemente das informações constantes dos cadastros do SCR; h) os extratos das informações constantes no SCR são elaborados de acordo com critérios contábeis e metodologia específica estabelecidos pelo BACEN, podendo diferenciar-se daqueles apresentados por outros sistemas que tenham natureza e finalidade distintas; i) a responsabilidade pela operacionalização do cumprimento de medidas judiciais é das “Organizações Safra”.

Central de Suporte Pessoa Jurídica:

Capital e Grande São Paulo (11) 3175-8248

Demais Localidades 0300 015 7575

Atendimento personalizado, de 2ª a 6ª feira, das 8h às 19:30h, exceto feriados.

Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e Fala / SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 772 5755 - Atendimento 24h por dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800 770 1236, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados.

ANEXO 1.1

Definições

“Agenda Financeira” significa a relação de débitos e créditos do Estabelecimento relativo às Transações.

“Antecipação do Recebimento de Vendas (ARV)” significa, para o Estabelecimento (i) o recebimento antecipado do Valor Líquido relativo às Transações; e para o Safra, (ii) o pré-pagamento das obrigações oriundas das Transações autorizadas pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento e Emissores.

“Antifraude” significa a ferramenta que tem como função proteger o sítio eletrônico do Estabelecimento de ataques cibernéticos, proporcionando mais segurança no momento de transações sem Cartão presente.

“Aplicativo do Estabelecimento” significa o aplicativo disponível na versão mobile e web para o Estabelecimento realizar consultas e contratações de Serviço SafraPay.

“Autorização do Emissor” significa uma solicitação de verificação do limite do Cartão do Portador pelo Estabelecimento ao Emissor.

“BACEN” significa o Banco Central do Brasil.

“Captura” significa a confirmação da Transação por parte do Estabelecimento, após a Autorização do Emissor.

“Cartões” significa os instrumentos de identificação e/ou de pagamento, configurados ou apresentados sob a forma de cartões plásticos capazes de realizar várias funções disponibilizadas pelos Emissores, para uso pessoal e intransferível dos Portadores, aceitos no Sistema SafraPay.

“Central de Atendimento” significa os canais de comunicação disponibilizados pelo Safra para atendimento de todas as necessidades do Estabelecimento.

“Chip” significa o microprocessador introduzido nos Cartões contendo programação e memória de dados do Portador, cuja leitura é realizada nos Equipamentos com uso de senha.

“Código de Autorização” significa o conjunto de caracteres gerado e fornecido a exclusivo critério dos Emissores e informado ao Estabelecimento pelo Safra, cuja finalidade exclusiva é, no momento da Transação, identificar que: (i) o Cartão e/ou Meio De Pagamento consultado não está bloqueado ou cancelado; e (ii) o valor e a modalidade da Transação estão aprovados pelo Emissor ou pelo Instituidor de Arranjo de Pagamento.

“Comodato” significa o regime de contratação dos Equipamentos por meio do qual há o empréstimo gratuito, ou seja, sem a cobrança do Aluguel de Equipamento.

“Comprovante de Vendas” significa os documentos padronizados pelo Safra e que serão emitidos pelos Equipamentos no momento da realização da Transação.

“Compra do Equipamento” significa o regime escolhido pelo Estabelecimento para aquisição do Equipamento.

“Contestação” significa o processo de devolução de uma Transação, por contestação do Portador, do Instituidor de Arranjo de Pagamento ou do Emissor, de acordo com as regras e prazos definidos pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento.

“Contrato” significa este Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimentos ao Sistema SafraPay, devidamente registrado e disponibilizado no Portal do Cliente, bem como seus respectivos Anexos, aditivos e qualquer outro documento a ele relacionado.

“Domicílio Bancário” significa a(s) conta(s) corrente(s) ou de pagamento de titularidade do Estabelecimento em que serão realizados os créditos e os débitos decorrentes da efetivação das Transações.

“Ecommerce SafraPay” significa a plataforma tecnológica disponibilizada pelo Safra aos Estabelecimentos, e que torna possível a Captura eletrônica e o processamento de Transações entre Estabelecimento e Portador, através do Sistema SafraPay, sem a utilização de Cartão presente e mediante autorização *online* pela Internet.

“Emissor” significa as instituições nacionais ou estrangeiras, bancárias ou não, autorizadas pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento a emitir e conceder Cartões e Meios de Pagamento aos Portadores.

“Equipamentos” significa quaisquer aparelhos, independente da tecnologia (mecânicos, elétricos, eletrônicos, magnéticos, eletromagnéticos, radiotransmissores, telefônicos ou utilizando quaisquer outros meios disponíveis), bem como os *softwares* relacionados, disponibilizados e/ou instalados no Estabelecimento para a realização de Transações e a execução de outras funções atribuídas ao Sistema SafraPay.

“Estabelecimento” significa pessoa jurídica ou pessoa natural, credenciada ao Sistema SafraPay e devidamente qualificada na Proposta de Credenciamento, fornecedora de bens e/ou prestadoras de serviços aos Portadores, inclusive por meio do Ecommerce SafraPay, que aceita Cartões e Meios de Pagamento e utiliza o Sistema SafraPay para realizar Transações.

“Extrato” significa os documentos padronizados, disponibilizados pelo Safra por meio do Portal do Cliente, para registrar a quantidade e o valor total das Transações realizadas no respectivo dia.

“Fabricante” significa a empresa responsável em fabricar o Equipamento (maquininha).

“Gateway de Pagamento” significa a solução que coleta e armazena as informações dos Cartões e/ou Meios de Pagamento fornecidas pelo Portador e as comunica diretamente ao Ecommerce SafraPay, para captura e processamento das Transações.

“Informações Confidenciais” significa toda e qualquer informação que poderá ser entendida como confidencial, sejam elas classificadas como confidenciais ou não, incluindo, mas não limitado a, qualquer informação a respeito de Transações efetuadas, os nomes dos Portadores, números dos Cartões, data de validade, código de segurança, quaisquer informações ou condições decorrentes das Transações ou estabelecidas no Contrato, tecnologia utilizada pelas Partes, assim como os procedimentos técnicos, os processos de negócios, incluindo as estratégias financeiras e as políticas de segurança de informação das Partes, que podem ter a forma de documentos, especificações técnicas, patentes, dados, desenhos, planos, fluxogramas de processo, fotografias, base de dados, *hardware*, *software*, além de descrições, apresentações e observações efetuadas oralmente.

“Instituidor de Arranjo de Pagamento” significa as pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, detentoras dos direitos de propriedade e franqueadoras de marcas e logotipos para uso no Sistema SafraPay, as quais estabelecem as regras gerais de organização e funcionamento dos sistemas de Cartões e outros Meios de Pagamento.

“IPC/FGV” significa o Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo.

“Like new” significa que o equipamento está em perfeitas condições de funcionamento como se novo fosse.

“Link de Pagamento” significa a solução disponibilizada para Estabelecimentos no Ecommerce SafraPay, que consiste em uma ferramenta que possibilita que o Estabelecimento efetue uma Transação sem Cartão presente através do envio de link ao Portador, para que este último realize o pagamento do produto ou serviço.

“Locação” significa o regime de contratação dos Equipamentos por meio do qual há o empréstimo mediante retribuição denominada Aluguel de Equipamento.

“Meios de Pagamento” significa os instrumentos físicos ou eletrônicos com funções de pagamento (múltiplas ou não), aceitos ou que venham a ser aceitos no Sistema SafraPay, disponibilizadas pelos Emissores, para uso pessoal e intransferível dos Portadores.

“Partes” tem o significado estabelecido no preâmbulo do Contrato.

“PCI” significa o PCI (*Payment Card Industry*) COUNCIL, entidade responsável pelo programa de gerenciamento de riscos, patrocinado pelos principais Instituidores de Arranjo de Pagamento e de alcance e vinculação geral, desenvolvido com o objetivo de determinar os padrões e regras de segurança da informação para a indústria de Meios de Pagamento.

“Perdas” significa todos e quaisquer perdas, obrigações, demandas, passivos, exigências, constringências, danos, multas, prejuízos, custos ou despesas, incluindo danos indiretos, danos emergentes, danos morais e/ou lucros cessantes, honorários advocatícios e de outros especialistas, de sucumbência, bem como custas judiciais ou quaisquer juros, multa ou penalidade, sejam eles já materializados ou futuros, incorridos pelo Safra e/ou por quaisquer terceiros, incluindo, mas não se limitando, Portadores, Emissores e Instituidores de Arranjo de

Pagamento.

“Periféricos” significa artefatos acessórios dos Equipamentos, que permitem o seu funcionamento, tais como, exemplificativamente, fontes de alimentação de energia elétrica e cabos telefônicos.

“Portadores” significa as pessoas naturais, ou os prepostos de pessoas jurídicas, detentores de Cartão e/ou outro Meio de Pagamento, autorizados a realizar Transações.

“Portal do Cliente” significa o endereço eletrônico disponibilizado pelo Safra na Internet www.safra.com.br para que o Estabelecimento possa acessar a Central de Atendimento e obter informações e serviços *online* relacionados ao Sistema SafraPay.

“Produtos” significa todo e qualquer produto ou serviço disponibilizado ou que vier a ser disponibilizado pelo Safra, cujas características, especificações e condições de utilização e aceitação, determinadas pelo Safra e aceitas pelo Estabelecimento, estão regulados neste Contrato, seus Anexos e aditivos.

“Proposta de Credenciamento” significa o termo de credenciamento do Estabelecimento ao Sistema SafraPay ou outro documento equivalente, fixado em meio físico e/ou eletrônico, para a formalização do vínculo contratual entre o Estabelecimento e o Safra, notadamente para a utilização do Sistema SafraPay, além da adesão ao Contrato.

“Remuneração” significa todo e qualquer valor devido e/ou pago pelo Estabelecimento ao Safra, em moeda corrente, pelos serviços prestados no âmbito deste Contrato, seus Anexos e aditivos.

“Reserva Financeira” significa a reserva de uma parte dos recebíveis constituídos, ou seja, transações a liquidar decorrentes de transações já realizadas do Estabelecimento, visando suprir eventuais riscos do Safra.

“Safra” significa o Banco Safra S.A., qualificado no preâmbulo deste Contrato.

“Serviços de Valor Agregado” significa serviços contratados e/ou disponibilizado ao Estabelecimento os quais possuem condições e detalhes devidamente descritos nos “Termos e Condições Gerais dos Serviços de Valor Agregado Safrapay” disponível no site www.safrapay.com.br.

“Sistema de Pagamentos Brasileiro” significa o conjunto de procedimentos, regras, instrumentos e operações integrados que, por meio eletrônico, dão suporte à movimentação financeira entre os diversos agentes econômicos do mercado brasileiro.

“Sistema SafraPay” significa o conjunto de pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviços de captura, roteamento, transmissão, processamento e liquidação financeira das Transações, de forma a viabilizar a administração de pagamentos mediante o uso de Cartões e/ou outros Meios de Pagamento.

“Tarifa de Aluguel de Equipamento” significa o valor mensal cobrado pela utilização dos Equipamentos de propriedade do Safra disponibilizados ao Estabelecimento, conforme condições específicas previstas no Contrato e na Proposta de Credenciamento.

“Tarifa de Autenticação Online” significa a tarifa cobrada pelo Safra do Estabelecimento, por evento, para operacionalizar a autenticação online da Transação realizada através do Sistema de Ecommerce Safra.

“Tarifa de Contratação de ARV” significa a tarifa cobrada pelo Safra do Estabelecimento, por evento, para operacionalizar a operação de Antecipação do Recebimento de Vendas (ARV).

“Tarifa de Desinstalação/Retirada de Equipamento” significa a remuneração cobrada para proceder à retirada e/ou desinstalação do Equipamento contratado pelo Estabelecimento.

“Tarifa de Disponibilização de Extrato” significa a tarifa cobrada pela disponibilização de extratos, relatórios, borderôs, entre outros documentos ao Estabelecimento.

“Tarifa de Instalação/Entrega de Equipamento” significa a remuneração cobrada para proceder à entrega e/ou instalação do Equipamento contratado pelo Estabelecimento no local em que será utilizado.

“Tarifa de Manutenção de Equipamento” significa a remuneração cobrada pelo Safra do Estabelecimento para proceder reparos, manutenção e/ou troca do Equipamento contratado pelo Estabelecimento.

“Tarifa de Monitoramento e Investigação” significa a remuneração devida ao Safra pelo monitoramento das

Transações e/ou procedimento investigativo realizado em decorrência da constatação de Transações suspeitas.

“Tarifa de Reversão de Transação” significa o valor cobrado por consequência do cancelamento e/ou Contestação da Transação.

“Tarifa pelo Recebimento Via QR Code PIX (Máquina POS, TEF ou Ecommerce)” significa a remuneração paga pelo Estabelecimento ao Safra, calculada com base em um percentual incidente sobre o Valor Bruto das Transações realizadas geração do QR Code PIX nos POSs, TEFs e Ecommerce.

“Tarifa por Transação” significa a remuneração devida por conta da Captura e processamento das Transações no Sistema SafraPay, devida por ocasião da realização de cada Transação pelo Estabelecimento.

“Tarifa por Transação de Ecommerce (Gateway de Pagamentos + Antifraude)” significa a remuneração cobrada por Transação pela utilização da infraestrutura disponibilizada pelo Safra, incluindo o Gateway de Pagamento e o Antifraude, que possibilitam a aceitação de cartão de crédito de forma segura pela internet.

“Taxa de Adesão/Renovação” significa a remuneração devida ao Safra, em moeda corrente, a ser paga pelo Estabelecimento pelo credenciamento ou recredenciamento ao Sistema SafraPay, ou pela inclusão de unidade comercial dependente, e pelas respectivas renovações anuais.

“Taxa de Antecipação” significa o percentual de redução negociado entre as Partes para a realização da Antecipação do Recebimento de Vendas (ARV) ao Estabelecimento, incidente sobre o Valor Bruto das Transações.

“Taxa de Conectividade” significa a remuneração mensal devida pelo Estabelecimento pela conexão de Equipamento próprio ou de terceiros ao Sistema SafraPay. Como se trata de disponibilidade de rede, esta taxa será devida ainda que o Estabelecimento não realize Transações em determinado mês.

“Taxa de Desconto (MDR para Transação presente)” significa a remuneração paga pelo Estabelecimento ao Safra, calculada com base em um percentual incidente sobre o Valor Bruto das Transações, sendo composta de valores devidos ao Safra, ao Emissor e ao Instituidor de Arranjo de Pagamento.

“Taxa de Desconto (MDR para Transação Ecommerce)” significa a remuneração paga pelo Estabelecimento ao Safra, calculada com base em um percentual incidente sobre o Valor Bruto das Transações realizadas através do Ecommerce SafraPay.

“Taxa de Inatividade” significa a taxa devida pelo decurso de cada 2 (dois) meses sem que o Estabelecimento efetue qualquer Transação.

“Taxas Operacionais” significa a taxa devida ao Safra por controle anormal ou extraordinário das Transações efetuadas pelo Estabelecimento, ou de créditos de repasse a ele devidos ou processos de Contestação e/ou cancelamento de Transações, incluindo, mas não se limitando, a ajustes realizados no cadastro ou Agenda Financeira do Estabelecimento em decorrência de procedimentos ou determinações administrativos e/ou judiciais, tais como, cumprimento de ofícios, bloqueios, penhoras, arrestos e etc. Esta taxa poderá ser cobrada mensalmente ou por evento, a critério do Safra.

“Transações” significa todas e quaisquer operações relativas a aquisições de bens e/ou serviços, transferência de fundos, saques de dinheiro ou outras modalidades de operações permitidas no Sistema SafraPay, realizadas pelo Portador em Estabelecimentos no Brasil, mediante a utilização de Cartões e/ou outros Meios de Pagamento e efetivadas sob a forma eletrônica.

“Transação sem Cartão presente” significa todas e quaisquer operações relativas a aquisições de bens e/ou serviços, transferência de fundos, saques de dinheiro ou outras modalidades de operações permitidas no Sistema SafraPay, realizadas pelo Portador em Estabelecimentos sem a necessidade de utilização de Cartões e/ou outros Meios de Pagamento.

“Valor Bruto” significa o valor total das Transações realizadas pelo Estabelecimento antes da dedução da Taxa de Desconto (MDR) e/ou da Tarifa por Transação e da cobrança de quaisquer outras taxas, tarifas e/ou deduções previstas no Contrato.

“Valor Líquido” significa o valor a ser creditado ao Estabelecimento correspondente ao Valor Bruto das Transações, após a dedução da Taxa de Desconto (MDR) e/ou da Tarifa por Transação e da cobrança de

quaisquer outras taxas e/ou tarifas e/ou deduções previstas no Contrato.

“Venda Digitada” significa uma das modalidades de Transação Sem Cartão presente, caracterizada pelo fato de que não há uso do Equipamento para a sua efetivação, visto que é o próprio Estabelecimento que insere os dados do Cartão do Portador.

ANEXO 6.2

Locação ou Comodato de Equipamentos

1. Este Anexo estabelece as condições e as obrigações do Estabelecimento com relação aos Equipamentos, sendo aplicáveis tanto no regime de Locação como no de Comodato, salvo disposições específicas e próprias de cada regime contratual.
2. Pagar ao Safra as seguintes tarifas, custos e despesas nos valores e formas a serem definidas pelo Safra de tempos em tempos:
 - (i) Aluguel dos Equipamentos disponibilizados pelo Safra, no caso de contratação do Equipamento na modalidade de Locação, conforme informado na Proposta de Credenciamento;
 - (ii) Taxa de Conectividade pela homologação dos Equipamentos de propriedade do Estabelecimento ou de terceiros para integração ao Sistema SafraPay;
 - (iii) Tarifa de Instalação/Entrega dos Equipamentos; e
 - (iv) Tarifa de Desinstalação/Retirada de Equipamento.
3. Certificar-se quanto ao tipo de Equipamento que seja obrigado a utilizar em virtude da legislação específica, bem como pelo pagamento de todos os tributos e contribuições decorrentes da utilização do Equipamento, não sendo o Safra responsabilizado por qualquer situação que venha a ser imposta em função da escolha e utilização do Equipamento pelo Estabelecimento.
4. Tornar disponíveis linhas telefônicas e/ou acesso à internet para instalação e uso dos Equipamentos, quando for o caso, arcando com as respectivas tarifas e com os custos e despesas de funcionamento, relativos ao consumo de energia elétrica e transmissão dos dados.
5. Conferir, no momento da entrega, instalação ou manutenção do Equipamento, os dados cadastrais impressos no Comprovante de Venda emitido pelo Equipamento.
6. Usar adequadamente os Equipamentos respondendo pelos custos de entrega, instalação, conserto e manutenção dos Equipamentos de sua propriedade, bem como dos Equipamentos de propriedade do Safra, na hipótese de dano decorrente de uso e/ou instalação e/ou manuseio indevidos por seus empregados ou prepostos.
7. Manter os Equipamentos no local de instalação informado ao Safra, não podendo, sem prévia e expressa autorização do Safra, ceder, sublocar, alienar total ou parcialmente ou transportar os Equipamentos disponibilizados pelo Safra para local diverso do local de instalação, ou utilizar Equipamento de outro Estabelecimento ou em outro Estabelecimento, responsabilizando-se, ainda, por eventuais penalidades decorrentes do transporte físico dos Equipamentos, mesmo que autorizado pelo Safra.
8. Adotar todas as providências e cautelas necessárias para manter a guarda, a integridade, a perfeita conservação e funcionamento dos Equipamentos de propriedade do Safra. O Estabelecimento deverá, para tanto, realizar o controle efetivo dos Equipamentos, mantendo relatório atualizado que deverá conter as informações do número de série, o caixa onde está instalado o Equipamento, o motivo da substituição, se for o caso, e o Equipamento substituído.
9. Não realizar qualquer reparação ou modificação nos Equipamentos de propriedade do Safra, devendo comunicar imediatamente ao Safra qualquer intervenção nos Equipamentos ou violação por terceiros de quaisquer dos seus direitos relativamente ao Equipamento.
10. Reconhecer e concordar que os *softwares* e aplicativos cedidos ou inseridos nos Equipamentos de forma gratuita ou onerosa pelo Safra são de titularidade do Safra ou de terceiros, conforme o caso, inclusive para fins de propriedade intelectual, podendo o Estabelecimento apenas fazer uso deles, comprometendo-se a não ceder, copiar, alterar, modificar, adaptar, manipular, adicionar, descompilar, decompor ou efetuar qualquer conversão dos *softwares* e aplicativos, sendo vedado também o uso de engenharia reversa ou utilização para fins diversos dos previstos neste Contrato.

11. Assumir a responsabilidade pelo pagamento ao Safra do valor integral do Equipamento e de seus Periféricos disponibilizados pelo Safra, nos seguintes casos: furto, roubo, perda total ou parcial, incêndio, destruição total ou parcial, falta de solicitação de assistência técnica, descuido no manuseio, retenção ou qualquer outro fato ou evento que impossibilite, dificulte ou prejudique o direito de propriedade sobre os Equipamentos por parte do Safra, bem como de quaisquer penalidades ou custos decorrentes de apreensão, remoção, bloqueio, lacre, confisco ou leilão dos Equipamentos por quaisquer órgãos ou autoridades, reparo, substituição ou liberação dos Equipamentos, e pelo custo de reparo, substituição ou liberação, bem como eventuais multas e/ou Perdas. Em casos de furto ou roubo, incêndio ou destruição total ou parcial, o Estabelecimento deverá apresentar ao Safra o respectivo Boletim de Ocorrência ou laudo específico, onde constem dados que identifiquem o Equipamento afetado.
12. O Estabelecimento é o único responsável pela adequação dos Equipamentos, *software*, *hardware* e materiais de sua propriedade ou de terceiros, utilizados nas operações do Sistema SafraPay, bem como pela conexão, instalação, manuseio, manutenção e abastecimento dos Equipamentos, observando-se as regras dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, do mercado de meios de pagamento e do Sistema de Pagamentos Brasileiro, e a legislação aplicável. Em caso de não adequação, o Safra fica isento de quaisquer responsabilidades relativas a indícios ou suspeitas de fraude, em todas as Transações com Cartões e Meios de Pagamento, devendo o Estabelecimento arcar com quaisquer prejuízos que comprovadamente vierem a ser ocasionados ao Safra ou ao próprio Estabelecimento.
13. Comunicar imediatamente ao Safra, no caso de suspeita de fraude ou fraude confirmada nos Equipamentos ou ainda, caso tome conhecimento de vazamento de dados ou informações de Portadores, indicando todas as características do Equipamento, bem como se obriga a tomar as providências necessárias para proteger os interesses do Safra com relação ao assunto, sob pena de caracterizar negligência por parte do Estabelecimento e sujeitar-se às penalidades previstas neste Contrato e/ou determinadas por ordem oficial e/ou judicial.
14. O Equipamento permanecerá na posse do Estabelecimento, na pessoa de seu representante legal, que expressamente aceita o encargo de fiel depositário, respondendo, assim, para todos os efeitos legais, pela guarda e conservação do Equipamento, em conformidade com o artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro. As Partes concordam expressamente que não será devido pelo Safra, qualquer remuneração pelo depósito do Equipamento estabelecido nesta cláusula.
15. A Locação ou o Comodato do Equipamento, conforme modalidade de contratação informada na Proposta de Credenciamento, vigorará pelo prazo 12 (doze) meses contados da data de entrega do Equipamento ao Estabelecimento, prorrogáveis automaticamente por iguais e sucessivos períodos, salvo se houver manifestação em sentido contrário de alguma das Partes.
16. Não obstante o prazo previsto na Cláusula 15 anterior, caso se verifique o término do Contrato, por qualquer que seja o motivo, encerrar-se-á automaticamente, independentemente de qualquer formalidade, a Locação ou o Comodato do Equipamento, conforme o caso.
17. Findo o prazo da Locação ou do Comodato do Equipamento, conforme o caso, o Estabelecimento compromete-se a devolvê-lo ao Safra, com seus respectivos Periféricos, no mesmo estado em que os recebeu, salvo desgaste natural pelo uso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término da Locação ou do Comodato. Na hipótese de não devolução do Equipamento e dos Periféricos, o Estabelecimento ficará automaticamente constituído em mora, para todos os fins de direito, obrigando-se a reembolsar o Safra no valor integral do Equipamento e de seus respectivos Periféricos, além de todos e quaisquer Perdas que o Safra venha a incorrer na recuperação e/ou cobrança dos Equipamentos, sendo permitido ao Safra, em qualquer caso, cobrar e/ou proceder com a retenção e/ou compensação de valores devidos ao Estabelecimento. Fica ainda permitido ao Safra, nesta hipótese, cobrar do Estabelecimento os valores e penalidades devidos pela não devolução do Equipamento arbitrado pelo Safra, até que o Safra seja devidamente restituído e/ou reembolsado.
18. O Estabelecimento poderá utilizar o Equipamento, *software*, *hardware* e materiais relacionados de sua propriedade ou de terceiros por ele contratados, desde que compatíveis com o Sistema SafraPay e

homologados pelo Safra. Nesta hipótese, eventuais substituições ou alterações relativas aos Equipamentos, *softwares* e *hardwares* de terceiros deverão ser submetidas à aprovação prévia do Safra.

19. O Estabelecimento deve facilitar o acesso dos técnicos aos locais de instalação dos Equipamentos. Caso seja solicitado pelo Estabelecimento, serviços fora do horário comercial, sua execução ficará a exclusivo critério do Safra, podendo estar sujeita à cobrança para sua realização.
20. FICA EXPRESSAMENTE ESCLARECIDO QUE A DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PELO SAFRA AO ESTABELECIMENTO, SEJA NO REGIME DE LOCAÇÃO, SEJA NO REGIME DE COMODATO, NÃO IMPLICARÁ, SOB QUALQUER HIPÓTESE, A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DOS EQUIPAMENTOS, MAS, TÃO SOMENTE, DE SEU USO E GOZO.

ANEXO 6.3

Aquisição de Equipamentos

1. Este Anexo estabelece as condições e as obrigações do Estabelecimento com relação ao regime de aquisição dos Equipamentos, salvo disposições específicas e próprias de cada regime contratual.
2. O Estabelecimento declara-se ciente e concorda que o Safra disponibiliza para aquisição, Equipamentos fornecidos por terceiros fabricantes/vendedor, por meio do acesso pelo Sistema SafraPay, bem como realiza sua homologação para integração ao Sistema SafraPay.
3. O Estabelecimento está ciente e concorda que os Equipamentos são disponibilizados pelo Safra por meio de parceria com a Fabricante, sendo a Fabricante a responsável pela produção, manutenção, venda, emissão de nota fiscal e entrega dos Equipamentos.
4. O Estabelecimento está ciente que o Safra não possui qualquer gerência ou responsabilidade com relação às atividades de fornecimento de serviços dos Fabricantes ou terceiros, bem como não é responsável pela qualidade dos Equipamentos e serviço de entrega, de modo que a atuação do Safra se limita a intermediar a relação para aquisição do Equipamento pelo Estabelecimento junto à Fabricante.
5. O Estabelecimento está ciente sobre a necessidade de ler e consultar as devidas orientações para o correto manuseio dos Equipamentos. Em caso de dúvidas, o Estabelecimento terá acesso ao manual de utilização, disponibilizado no momento da entrega do Equipamento ou poderá acessar a Central de Atendimento do Banco Safra para maiores esclarecimentos e requisições.
6. Com a finalidade de incentivar a utilização do Sistema Safrapay pelo Estabelecimento, o Safra poderá, sem estar obrigado à: (i) subsidiar parte ou a totalidade do preço a ser pago pela aquisição do Equipamento, conforme constar na nota fiscal emitida pela Fabricante/vendedora ao Estabelecimento e/ou; (ii) disponibilizar meios e prazos de pagamento ao Estabelecimento.
- 6.1 O Safra poderá, a seu critério, estabelecer políticas diferenciadas de credenciamento e/ou cumprimento de obrigações estabelecidas ou que venham a ser estabelecidas em regulamentos próprios.
- 6.2 O valor de eventual subsídio oferecido pelo Safra constará da Nota Fiscal que será emitida pelo Fabricante/vendedor ao Estabelecimento quando da entrega do Equipamento.
7. O valor do Equipamento pago pelo Estabelecimento será repassado ao Fabricante a título de pagamento parcial do equipamento, sendo que o Safra poderá subsidiar o restante do valor do Equipamento, conforme consta da Nota Fiscal emitida pela Fabricante ao Estabelecimento.
8. É de responsabilidade do Estabelecimento certificar-se quanto ao tipo de Equipamento que seja obrigado a utilizar em virtude da legislação específica, bem como pelo pagamento de todos os tributos e contribuições decorrentes da utilização do Equipamento, não sendo o Safra responsabilizado por qualquer situação que venha a ser imposta em função da escolha e utilização do Equipamento pelo Cliente/Estabelecimento.
9. É de total responsabilidade do Estabelecimento disponibilizar linhas telefônicas e/ou acesso à internet para o uso dos Equipamentos, quando for o caso, arcando com as respectivas tarifas e com os custos e despesas de funcionamento, relativos ao consumo de energia elétrica e transmissão dos dados.
10. É responsabilidade do Estabelecimento conferir, no momento da entrega do Equipamento, os dados cadastrais impressos na Nota Fiscal de Venda do Equipamento emitido pela Fabricante.
11. É de responsabilidade do Estabelecimento usar adequadamente os Equipamentos, respeitando o Manual técnico, respondendo pelos custos de entrega, conserto e manutenção dos Equipamentos de sua propriedade na hipótese de dano decorrente de mau uso e/ou manuseio indevidos por seus empregados ou prepostos.
12. O Estabelecimento se compromete a manter os Equipamentos no local de instalação informado ao Safra, não podendo, sem prévia e expressa autorização do Safra, ceder, sublocar, alienar total ou parcialmente

- ou transportar os Equipamentos para local diverso do local de entrega, ou utilizar Equipamento de outro Estabelecimento ou em outro Estabelecimento, responsabilizando-se, ainda, por eventuais penalidades decorrentes do transporte físico dos Equipamentos, mesmo que autorizado pelo Safra.
13. O Estabelecimento deverá realizar o controle efetivo dos Equipamentos, mantendo relatório atualizado que deverá conter as informações do número de série, o caixa onde está instalado o Equipamento, o motivo da substituição, se for o caso, e o Equipamento substituído.
 14. O Estabelecimento se compromete a tomar as providências e cautelas para conservar e manter o perfeito funcionamento dos Equipamentos, sendo vedado realizar qualquer reparação ou modificação nestes, devendo comunicar imediatamente ao Safra qualquer intervenção nos Equipamentos ou violação por terceiros.
 15. Em caso de manutenção do Equipamento dentro do prazo de garantia previsto no manual do Equipamento, o Estabelecimento deverá entrar em contato com a Central de Atendimento Safrapay onde será orientado a enviar à Fabricante o equipamento e todos os periféricos (cabo, fonte, chip etc). Caso não seja enviado o conjunto completo de todos os itens, o Estabelecimento arcará com o valor correspondente ao do periférico faltante.
 - 15.1 Ao postar o Equipamento para manutenção, o Estabelecimento receberá da Fabricante um outro Equipamento “like new” igual e/ou superior ao modelo adquirido.
 16. O Estabelecimento está ciente e concorda que os softwares e aplicativos cedidos ou inseridos nos Equipamentos de forma gratuita ou onerosa pelo Safra são de titularidade do Safra ou de terceiros, conforme o caso, inclusive para fins de propriedade intelectual, podendo o Estabelecimento apenas fazer uso deles, comprometendo-se a não ceder, copiar, alterar, modificar, adaptar, manipular, adicionar, descompilar, decompor ou efetuar qualquer conversão dos softwares e aplicativos, sendo vedado também o uso de engenharia reversa ou utilização para fins diversos dos previstos neste Contrato.
 17. O Estabelecimento assume responsabilidade integral sobre o Equipamento e seus Periféricos (cabos, fontes, chip etc), sendo certa a perda da garantia, incluindo, mas não se limitando, nos seguintes casos: furto, roubo, perda total ou parcial, incêndio, destruição total ou parcial, falta de solicitação de assistência técnica, descuido no manuseio, retenção ou qualquer outro fato ou evento semelhante, bem como de quaisquer penalidades ou custos decorrentes de apreensão, remoção, bloqueio, lacre, confisco ou leilão dos Equipamentos por quaisquer órgãos ou autoridades, reparo, substituição ou liberação dos Equipamentos, e pelo custo de reparo, substituição ou liberação, bem como eventuais multas e/ou perdas. Em casos de furto ou roubo, incêndio ou destruição total ou parcial, o Estabelecimento deverá apresentar ao Safra o respectivo Boletim de Ocorrência ou laudo específico, onde constem dados que identifiquem o Equipamento afetado. As informações a respeito da garantia do equipamento podem ser encontradas, conforme o caso, na política de garantia da fabricante do Equipamento.
 18. O Estabelecimento é o único responsável pela adequação dos Equipamentos, software, hardware e materiais de sua propriedade ou de terceiros, utilizados nas operações do Sistema SafraPay, bem como pela conexão, instalação, manuseio, manutenção e abastecimento dos Equipamentos, observando-se as regras dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, do mercado de meios de pagamento e do Sistema de Pagamentos Brasileiro, e a legislação aplicável. Em caso de não adequação, o Safra fica isento de quaisquer responsabilidades relativas a indícios ou suspeitas de fraude, em todas as Transações com Cartões e Meios de Pagamento, devendo o Estabelecimento arcar com quaisquer prejuízos que comprovadamente vierem a ser ocasionados ao Safra ou ao próprio Estabelecimento, a terceiros ou ainda eventuais multas cobradas pelas bandeiras.
 19. O Estabelecimento se compromete a comunicar imediatamente ao Safra, no caso de suspeita de fraude ou fraude confirmada nos Equipamentos ou ainda, caso tome conhecimento de vazamento de dados ou informações de Portadores, indicando todas as características do Equipamento, bem como se obriga a tomar as providências necessárias para proteger os interesses do Safra com relação ao assunto, sob pena de caracterizar negligência por parte do Estabelecimento e sujeitar-se às penalidades previstas neste Contrato e/ou determinadas por ordem oficial e/ou judicial.

20. O Estabelecimento poderá utilizar o Equipamento, software, hardware e materiais relacionados de sua propriedade ou de terceiros por ele contratados, desde que compatíveis com o Sistema SafraPay e homologados pelo Safra. Nesta hipótese, eventuais substituições ou alterações relativas aos Equipamentos, softwares e hardwares de terceiros deverão ser submetidas à aprovação prévia do Safra.
21. O Estabelecimento está ciente e concorda que adquiriu do Fabricante um Equipamento bloqueado e que este está habilitado a funcionar exclusivamente através do Sistema Safrapay, sendo terminantemente vedada a utilização deste equipamento em qualquer outra credenciadora.
22. O Estabelecimento está ciente, concorda e autoriza o Safra a proceder à cobrança mediante compensação em conta, débito em conta, ou ainda lançamento no cartão de crédito informado, de quaisquer importâncias que deva ou venha a dever ao Safra, tais como, tarifas de serviços, valor do(s) equipamento(s) e periféricos, e caso de inadimplência contratual.

ANEXO 6.5

Ecommerce SafraPay

- 1 Este Anexo estabelece as condições e as obrigações assumidas pelo Estabelecimento na utilização do Ecommerce Safra, sendo aplicáveis tanto às funcionalidades Link de Pagamento quanto a demais funcionalidades que venham a ser disponibilizadas pelo Safra, ressalvadas as disposições específicas e próprias de cada uma delas.
- 2 A habilitação do Estabelecimento para utilizar o Ecommerce SafraPay está condicionada aos critérios de análise e aprovação adotados pelo Safra. O Safra poderá recusar a habilitação do Estabelecimento que não esteja em conformidade com os seus critérios de admissibilidade ou poderá, a qualquer tempo, desabilitar o Estabelecimento observando critérios e políticas próprias para fazê-lo.
- 3 O Estabelecimento está ciente que no que tange às Transações de Ecommerce SafraPay, a concessão e política de Antecipação de Recebíveis fica à exclusivo critério do Safra.
- 4 O Estabelecimento está ciente e concorda expressamente que o Safra não é responsável por eventuais falhas, atrasos ou interrupções na prestação de serviço de quaisquer das funcionalidades de Ecommerce SafraPay, uma vez que, tratando-se de serviços de tecnologia, interrupções são previsíveis, inclusive decorrentes de caso fortuito ou motivos de força maior, bem como por limitações impostas por parte do poder público ou da atuação de operadoras de serviço de telecomunicações interconectadas à rede do Estabelecimento, ou, ainda, por má utilização do serviço pelo Estabelecimento ou por qualquer outro fato alheio ao Safra.

5 LINK DE PAGAMENTO

- 5.1 O Estabelecimento está ciente e concorda que a quantidade de Transações realizadas através de Link de Pagamento, bem como que o número máximo de links a serem gerados diariamente para a realização de Transações, estão condicionados à avaliação do Safra, de acordo com as suas políticas internas.
- 5.2 O Estabelecimento está ciente e concorda que caso o Portador não reconheça ou discorde do valor da Transação perante o Emissor, o Safra deixará de efetuar o pagamento do valor da Transação ao Estabelecimento ou, caso já o tenha feito, poderá adotar, a seu exclusivo critério, quaisquer das formas de cobrança previstas no Contrato, ainda que o Estabelecimento apresente qualquer documento que comprove a realização da Transação, inclusive o Comprovante de Venda com ou sem assinatura do Portador.
- 5.3 O Safra não poderá ser responsabilizado por quaisquer falhas ou problemas verificados na geração dos Links de Pagamento, bem como eventuais falhas na rede de Internet do Estabelecimento ou do Portador ou outras circunstâncias que fogem de sua esfera de vigilância e responsabilidade e que possam inviabilizar a geração do Link de Pagamento.
- 5.4 O Estabelecimento assumirá integral responsabilidade por eventuais erros nos dados utilizados e inseridos para geração dos Links de Pagamento, Contestação e cancelamentos de Transações enviados ao Sistema SafraPay.

6 AUTENTICAÇÃO ONLINE

- 6.1 A autenticação *online* consiste na verificação dos dados de segurança conforme regra específica dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, objetivando confirmar a titularidade do Portador do Cartão no momento em que está realizando uma Transação.
- 6.2 O Estabelecimento poderá, a seu exclusivo critério, autenticar a Transação realizada por meio do Ecommerce Safra, mediante pagamento da tarifa específica vigente à época. Na hipótese de os Instituidores de Arranjo de Pagamento virem a estabelecer como obrigatória a autenticação *online* da Transação, caso o Estabelecimento opte por não realizar referido procedimento, deverá arcar com as

multas e encargos que venham a ser aplicados pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento, mantendo o Safra inteiramente isento de qualquer responsabilidade ou Perdas a este respeito.

7 AUTORIZAÇÃO ONLINE

- 7.1 Na realização da Transação, o Estabelecimento deverá solicitar o Código de Autorização. Uma vez recebido o Código de Autorização aprovando a Transação, o Estabelecimento poderá optar pela confirmação/captura imediata da Transação, ou então por confirmá-la posteriormente à data da venda, no prazo máximo a ser determinado pelo Safra.
- 7.2 Se o valor utilizado para solicitação do Código de Autorização for diferente do valor final da Transação, o Estabelecimento deverá realizar a captura do valor final da Transação, e não do valor utilizado para solicitação do Código de Autorização, sendo que o limite dessa diferença será estabelecido pelo Safra.

8 CONTESTAÇÃO E CANCELAMENTO DAS TRANSAÇÕES

- 8.1 Por serem Transações com menor nível de segurança, visto serem realizadas em um ambiente virtual, o Estabelecimento assume total responsabilidade pelas Transações realizadas através do Ecommerce Safra, especialmente em caso de Contestação, Cancelamento ou Chargeback hipótese em que o valor da Transação será debitado da Agenda Financeira do Estabelecimento, ou cobrado mediante qualquer outro procedimento previsto no Contrato.
- 8.2 O Estabelecimento declara-se ciente e concorde de que, caso o Portador não reconheça ou discorde do valor da Transação perante o Emissor, o Safra deixará de efetuar o pagamento do valor da Transação ao Estabelecimento ou, caso já o tenha feito, poderá adotar, a seu exclusivo critério, quaisquer das formas de cobrança previstas no Contrato, ainda que o Estabelecimento apresente qualquer documento que comprove a realização da Transação.
- 8.3 O Estabelecimento reconhece e concorda que a ocorrência de um volume considerado elevado de Transações canceladas, não aprovadas, estornadas e/ou objeto de Contestação, segundo critérios do Safra e/ou dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, poderá resultar no seu descredenciamento do Sistema SafraPay e término do Contrato, sem prejuízo da cobrança, pelo Safra, da Tarifa de Reversão de Transação e das Taxas Operacionais, além da aplicação de penalidades e encargos por parte dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, os quais correrão sempre por conta e sob exclusiva responsabilidade do Estabelecimento.
- 8.4 O Estabelecimento está ciente que deve adotar as boas práticas necessárias para evitar fraudes em Transações Não Presencial, como, por exemplo, verificar os dados do comprador com os dados do titular do cartão no momento da venda, entrega ou retirada dos produtos vendidos. Caso o titular do cartão seja diferente do comprador o Estabelecimento deve solicitar um documento de identidade do titular do cartão ou uma confirmação/autorização do reconhecimento de compra, confirmar o endereço do comprador e manter seus colaboradores treinados e preparados para identificar comportamentos suspeitos.

9 RESPONSABILIDADES DO ESTABELECIMENTO

- 9.1 O Estabelecimento, na utilização do Ecommerce SafraPay, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas no Contrato e neste Anexo, é exclusivamente responsável pela:
- (i) Garantia de ambiente seguro na utilização das funcionalidades do Ecommerce SafraPay, dentro dos requisitos estabelecidos pelo Safra para navegação e realização de Transações pelos Portadores;
 - (ii) Adoção de medidas preventivas contra a perda ou vazamento de dados, invasão da rede e outros eventuais danos que possam ser causados, por si, seus prepostos e funcionários, ou ainda por terceiros, inclusive, mas sem se limitar, pelo Gateway de Pagamento e pelo Antifraude, sendo certo que, na ocorrência de qualquer uma dessas hipóteses, o Estabelecimento deverá manter o Safra isento de qualquer responsabilidade, obrigando-se a ressarcir e indenizar o Safra e terceiros por quaisquer Perdas que venham a incorrer em decorrência do aqui disposto.
- 9.2 No que se refere às manutenções do Ecommerce SafraPay, o Estabelecimento tem ciência e concorda que o Safra poderá promover melhorias contínuas no Ecommerce SafraPay, por meio do desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços ou de melhorias evolutivas, que poderão resultar ou não em manutenções no Ecommerce SafraPay, concordando desde já em realizar as manutenções consideradas necessárias pelo

Safra e arcando com os custos provenientes destas manutenções, dentro dos prazos previamente comunicados pelo Safra.

9.3 O Safra compromete-se a atualizar os manuais e a manter o Estabelecimento sempre informado sobre as melhorias promovidas no Ecommerce SafraPay, bem como em reduzir ao máximo o impacto que as manutenções obrigatórias podem causar ao Estabelecimento. O Safra também envidará os melhores esforços para que o tempo destinado a estas manutenções atenda satisfatoriamente às necessidades do Estabelecimento.

9.4 O Safra não poderá ser responsabilizado, ainda, por quaisquer falhas ou problemas verificados no ambiente do Gateway de Pagamento e Antifraude usados pelo Estabelecimento para realização das Transações, sendo de responsabilidade do Estabelecimento indenizar o Safra e terceiros pelas Perdas incorridas, isentando o Safra de qualquer responsabilidade nesse sentido.

10 VEDAÇÕES AO ESTABELECIMENTO

10.1 Ao Estabelecimento é expressamente vedada:

- (i) a utilização do Ecommerce SafraPay e dos manuais, de propriedade do Safra, para outros fins a que se destinam;
- (ii) a divulgação ou comercialização de qualquer informação sobre a solução de segurança do Ecommerce SafraPay;
- (iii) a realização, diretamente por meio de terceiros, no todo ou em parte, de engenharia reversa do Sistema de Ecommerce SafraPay.
- (iv) O Estabelecimento declara estar ciente de que não poderá autorizar qualquer terceiro, com exceção do Gateway de Pagamento homologado pelo Safra, a intermediar, para qualquer fim, a troca de dados com o Sistema SafraPay durante a execução do fluxo de Transações.

11 EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADES DO SAFRA

11.1 O Safra envidará os seus melhores esforços para assegurar ao Estabelecimento a utilização do Ecommerce SafraPay com o mesmo padrão de qualidade que oferece em seus demais Produtos. Na eventualidade de interrupções, falhas ou problemas, o Safra, dentro das possibilidades técnicas e no menor prazo possível, efetuará espontaneamente as devidas correções.

11.2 O Safra se desobrigará de disponibilizar as funcionalidades do Ecommerce SafraPay na eventual ocorrência de qualquer das hipóteses seguintes:

- (i) falta prolongada de fornecimento de energia elétrica para o sistema utilizado pelo Sistema SafraPay, além do período suportado pelos seus *no-breaks* e seu equipamento de *back-up*;
- (ii) falhas nos sistemas de transmissão no acesso externo ao Sistema SafraPay;
- (iii) incompatibilidade dos sistemas que venham a ser utilizados pelo Estabelecimento com o Sistema SafraPay;
- (iv) problemas de comunicação entre os sistemas do Estabelecimento e/ou do Gateway de Pagamento e o Sistema SafraPay, devidos à indisponibilidade da rede de transmissão de dados, bem como da operação dos contratados pelo Estabelecimento;
- (v) necessidade de reparos ou manutenção da rede interna ou externa que exija o desligamento temporário dos sistemas;
- (vi) qualquer ação de terceiros que impeça a prestação de serviço; e
- (vii) interrupção dos serviços decorrente de caso fortuito ou força maior.

11.3 O Gateway de Pagamento, quando escolhido pelo Estabelecimento, deverá possuir a certificação do PCI e estar homologado Ecommerce Safra, além de outras certificações exigidas pelo Safra, pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento, pelo mercado de meios de pagamento e pela legislação aplicável, a fim de garantir a segurança no tráfego das informações das Transações.

11.4 O Estabelecimento permanecerá como o único e exclusivo responsável pela contratação, relacionamento e remuneração do desenvolvedor de site/aplicativo e do Gateway de Pagamento, cabendo ao Estabelecimento a única e exclusiva responsabilidade pelos atos e omissões por eles praticados, bem como pela observância e cumprimento, por parte daqueles, dos termos e condições deste Anexo e do Contrato.

12 ATIVIDADES DE SEGURANÇA E INSPEÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE

12.1 O Estabelecimento expressamente autoriza o Safra, diretamente ou por meio de terceiro por ele designado, sempre que este julgar necessário e mediante comunicação prévia de, no mínimo 48 (quarenta e oito) horas, a visitar suas instalações, com o objetivo de verificar o cumprimento dos termos e condições estipulados neste Anexo e nos manuais.

12.2 É vedado ao Estabelecimento solicitar ou armazenar, em seu ambiente operacional, informações relativas aos Cartões e outros Meios de Pagamento e aos dados dos Portadores, tais como seu número, código de segurança e data de validade, sob pena de responder por eventuais perdas e danos em processo próprio e poder ter seu credenciamento imediatamente cancelado, na forma e condições previstas no Contrato.

12.3 O Estabelecimento é responsável pela confidencialidade de todos os dados que compõem as Transações, vedada a sua utilização para quaisquer outros fins que não sejam a obtenção do Código de Autorização e a efetiva Captura da Transação, observando-se ainda o disposto no Contrato.

13 TAXAS, REMUNERAÇÃO E ENCARGOS

13.1 Sem prejuízo da Remuneração, taxas e outros encargos previstos no Contrato, o Estabelecimento, ao participar do Sistema de Ecommerce Safra, também estará sujeito:(i) ao pagamento da Tarifa de Autenticação *Online*, devida por evento, (ii) da Taxa de Conectividade, devida mensalmente ao Safra pela disponibilização ao Estabelecimento do Sistema de Ecommerce Safra, conforme valores vigentes por ocasião do respectivo fato gerador; (iii) Taxa de Desconto (MDR para Transação Ecommerce) devida por evento; e Tarifa por Transação Ecommerce (Gateway de Pagamentos + Antifraude) devida por evento.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O Estabelecimento deverá demonstrar, sempre que solicitado pelo Safra, a perfeita concretização da Transação, por meio de documento comprovando a entrega da mercadoria ou serviço ao Portador e, conforme o caso, demais documentos e evidências venham a ser solicitados pelo Safra.

14.2 A não observância das condições dispostas neste Anexo, nos manuais e em quaisquer outros materiais explicativos do Ecommerce Safra, facultará ao Safra cancelar, na forma e condições previstas no Contrato, o credenciamento do Estabelecimento, sem que o Safra incorra em quaisquer ônus ou penalidades.

14.3 Aplicam-se a este Anexo todos os termos e condições do Contrato.

14.4 Na hipótese de término do Contrato ou deste Anexo, o Estabelecimento obriga-se a suspender a utilização dos serviços do Sistema de Ecommerce Safra, bem como se obriga a excluir prontamente qualquer referência à aceitação das Transações através do Sistema de Ecommerce Safra.

* * *

ANEXO 7.2

Transações de Crédito

1. Este Anexo estabelece as condições para o Estabelecimento realizar Transações mediante a utilização, pelos respectivos Portadores, de Cartões e Meios de Pagamento na modalidade **crédito**, dos Instituidores de Arranjo de Pagamento de crédito integrantes do Sistema SafraPay.
2. O Estabelecimento, no momento da Transação de crédito, deverá indicar, no campo próprio do Equipamento ou em qualquer outro meio utilizado, a opção de pagamento escolhida pelo Portador, dentre as seguintes modalidades:
 - (i) **À vista**. O Valor Líquido da Transação de crédito será creditado no Domicílio Bancário do Estabelecimento em uma única parcela, no prazo estabelecido pelo Safra e acordado com o Estabelecimento, respeitando-se as condições previamente contratadas entre o Estabelecimento e a instituição na qual mantém seu Domicílio Bancário, bem como as regras emanadas dos Instituidores de Arranjo de Pagamento e do BACEN;
 - (ii) **Parcelado Emissor**. O Valor Líquido da Transação de crédito será creditado no Domicílio Bancário do Estabelecimento em uma única parcela, no prazo estabelecido pelo Safra e acordado com o Estabelecimento, respeitando-se as condições previamente contratadas entre o Estabelecimento e a instituição na qual mantém seu Domicílio Bancário, bem como as regras emanadas dos Instituidores de Arranjo de Pagamento e do BACEN;
 - (iii) **Parcelado Estabelecimento**. O Estabelecimento poderá, mediante prévia negociação com o Safra, parcelar o valor da Transação de crédito. O Valor Líquido da Transação de crédito será creditado no Domicílio Bancário do Estabelecimento em parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira delas creditada no prazo estabelecido pelo Safra e acordado com o Estabelecimento, e as demais, nas mesmas datas dos meses subsequentes ao primeiro vencimento mencionado neste item, observado o disposto no Contrato.
3. O Estabelecimento é o único e exclusivo responsável por eventuais erros na indicação: (i) da opção de pagamento escolhida pelo Portador; (ii) do valor da Transação; (iii) da quantidade de parcelas; (iv) do cancelamento indevido de Transação; e (v) da opção de estorno quando da realização da Transação.
4. Este documento entra em vigor a partir da realização pelo Estabelecimento de Transações na modalidade crédito.

ANEXO 7.3

Transações de Débito

1. Este Anexo estabelece as condições para o Estabelecimento realizar Transações mediante a utilização, pelos respectivos Portadores, de Cartões e Meios de Pagamento na modalidade **débito**, dos Instituidores de Arranjo de Pagamento de débito integrantes do Sistema SafraPay.
2. O Estabelecimento, no momento da Transação de débito, deverá indicar, no campo próprio do Equipamento, a opção de pagamento escolhida pelo Portador.
3. As Transações efetuadas com Cartão de débito deverão ser obrigatoriamente realizadas mediante Captura eletrônica *online*, com leitura de Chip e digitação da senha pessoal.
4. O Valor Líquido da Transação de débito será creditado no Domicílio Bancário do Estabelecimento no prazo estabelecido pelo Safra e acordado com o Estabelecimento, respeitando-se as condições previamente contratadas entre o Estabelecimento e a instituição na qual mantém seu Domicílio Bancário, bem como as regras emanadas dos Instituidores de Arranjo de Pagamento e do BACEN.
5. O Estabelecimento é o único e exclusivo responsável por eventuais erros na indicação: (i) da opção de pagamento escolhida pelo Portador; (ii) do valor da Transação; (iii) do cancelamento indevido de Transação; e (iv) da opção de estorno e Contestação quando da realização da Transação.
6. Este documento entra em vigor a partir da realização pelo Estabelecimento de Transações na modalidade débito.

* * *

ANEXO 7.4

Transação Sem Cartão Presente

1. Este Anexo estabelece as condições para o Estabelecimento realizar Transações sem Cartão presente, modalidade na qual o Portador e/ou o Cartão não estão presentes fisicamente no Estabelecimento no momento da venda.
2. O Estabelecimento deve obter prévia e expressa autorização do Safra para realizar Transações sem Cartão presente.
3. Todas as transações realizadas através do Ecommerce SafraPay ou Transações de Venda Digitada, bem como demais funcionalidades que venham a surgir e que sejam caracterizadas pela descrição do item 1 deste Anexo são consideradas Transações sem Cartão presente.
4. Por serem transações com menor nível de segurança, dada a ausência do Portador e/ou do Cartão no momento da venda, o Estabelecimento assume total responsabilidade pelas Transações sem Cartão presente, especialmente, mas sem se limitar, pela Contestação e/ou cancelamento e/ou estorno da Transação sem Cartão presente, a qual será sempre debitada, a qualquer tempo, independente de notificação prévia, da Agenda Financeira do Estabelecimento ou mediante outro procedimento de cobrança previsto no Contrato.
5. Na modalidade de Transação sem Cartão presente, caso o Portador não reconheça ou discorde do valor da Transação perante o Emissor, o Safra deixará de efetuar o pagamento do valor da Transação ao Estabelecimento ou, caso já o tenha feito, poderá adotar a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, quaisquer das formas de cobrança previstas no Contrato, ainda que o Estabelecimento apresente qualquer documento que comprove a realização da Transação, inclusive o Comprovante de Venda com ou sem assinatura do Portador.
6. O Estabelecimento deve, sempre que lhe for solicitado, enviar ao Safra cópia legível e sem rasuras dos Comprovaentes de Vendas, bem como qualquer documentação adicional de comprovação da entrega dos bens adquiridos ou da prestação de serviços realizada, dentro do prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da solicitação. Se o Estabelecimento não apresentar a documentação solicitada no prazo fixado, estará sujeito a não liquidação da respectiva Transação. Fica esclarecido, outrossim, que o envio dos Comprovaentes de Venda e dos demais documentos pelo Estabelecimento não significará a aceitação da Transação sem Cartão presente pelo Safra, que analisará a sua regularidade de acordo com as regras dos Instituidores de Arranjo de Pagamento.
7. Para cumprimento do disposto no item 6 anterior, o Estabelecimento deverá manter em arquivo a via original dos Comprovaentes de Venda e os documentos que comprovem a entrega dos bens adquiridos ou a prestação de serviços realizada pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses a contar da data de Captura da Transação.
8. O Estabelecimento deve cumprir integralmente todas as regras de segurança da informação do Safra, dos Instituidores de Arranjo de Pagamento, das autoridades governamentais reguladoras e/ou emanadas pelo PCI ou qualquer norma posterior que venha a regular a segurança de dados dos Portadores de Cartão no mercado de meios de pagamento, durante a vigência do Contrato de Credenciamento, bem como do Contrato de Credenciamento, conforme prazos e condições definidas pelo Safra. As regras do PCI, bem como a listagem de empresas homologadas para realização de verificação de conformidades às normas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.pcisecuritystandards.org. A obrigatoriedade de segurança de dados dispostas nesta Cláusula e definidas pelo PCI, e/ou outros programas de segurança estabelecidos pelos Instituidores de Arranjo de Pagamento, pelas autoridades reguladoras da indústria de Meios de Pagamento e/ou pelo Safra, se estendem aos colaboradores e terceiros contratados pelo Estabelecimento, cuja atividade seja passível de tráfego, processamento ou armazenamento dos dados do Portador de Cartão.
9. O Estabelecimento deverá manter, conservar e guardar todas as informações confidenciais referentes aos Cartões dos Portadores que lhe sejam enviadas, entregues ou, ainda, a que tenha acesso em decorrência

da vigência do Contrato de Credenciamento, em local absolutamente seguro, inacessível a terceiros, salvo quanto às pessoas devidamente autorizadas e cientes da obrigação de sigilo aqui definida, as quais se obrigam também a observar as restrições previstas.

* * *

ANEXO 7.5

Serviços de Rede (VAN)

1. Este Anexo estabelece as condições aplicáveis quando o Safra atuar como mero prestador de serviço de rede (VAN) a determinados Instituidores de Arranjo de Pagamento que façam e/ou venham a fazer parte do Sistema SafraPay.
2. Na hipótese prevista no presente Anexo, a atividade exercida pelo Safra se limitará à disponibilização de infraestrutura de rede para a Captura e transmissão dos dados das Transações realizadas pelo Estabelecimento com os Equipamentos ao respectivo Instituidor de Arranjo de Pagamento.
3. O Estabelecimento neste ato reconhece e concorda expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, que (i) o Safra não é responsável pela administração, tampouco pela liquidação financeira das Transações de que trata o presente Anexo, obrigações estas que cabem exclusivamente ao Instituidor do Arranjo de Pagamento, e (ii) quaisquer questões envolvendo as Transações, bem como os ônus decorrentes de eventuais reclamações, procedimentos judiciais e/ou administrativos, deverão ser suportados por ele, Estabelecimento, e/ou pelo Instituidor de Arranjo de Pagamento, na medida das respectivas responsabilidades, não cabendo qualquer medida contra o Safra nesse sentido.

* * *